

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**A Arte de Semear Conhecimento: dos
Índios aos Prelos d'Além Mar**

Letícia Lemes da Silva

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A ARTE DE SEMEAR CONHECIMENTO: DOS ÍNDIOS AOS PRELOS
D'ALÉM MAR**

LETÍCIA LEMES DA SILVA

Sob orientação da professora
Izabel Missagia de Mattos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Setembro de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S856a Silva, Leticia Lemes da, 1991 A arte de semear
conhecimento: dos índios aos prelos d'além mar /
Leticia Lemes da Silva. - 2017. 63 f.

Orientadora: Izabel Missagia de Mattos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, 2017.

1. Saberes indígenas. 2. Ciência. 3. Circulação. I.
Mattos, Izabel Missagia de, 1962-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

LETÍCIA LEMES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em **Ciências Sociais**, área de Concentração em **Ciências Sociais**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/09/ 2017

Izabel Missagia de Mattos Dra. UFRRJ
(Orientador)

Juciene Ricarte Cardoso Dra. UFCG

Annelise Fernandes Dra. UFRRJ

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Maria Inêz e Lauri que sempre me apoiaram, mesmo nas insanidades. E a Antônio e a Norma que ocupam lugar especial em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Um momento para agradecer a todos que ajudaram direta ou indiretamente neste árduo trabalho. E peço a compreensão daqueles que não foram citados diretamente, pois não há tempo e laudas suficientes para tal exercício. Primeiramente agradeço à minha orientadora Izabel Missagia de Mattos, que mostrou-me o caminho para a realização deste estudo, me orientando e incentivando. Agradeço também ao professor Mario Cesar Newman de Queiroz, meu “eterno” orientador, pelas ideias e dicas em meios às conversas descontraídas.

Agradeço a banca examinadora pela atenção e preciosas sugestões voltadas para este trabalho. Não poderia deixar de agradecer à FAPERJ pelos 10 meses de bolsa, que mesmo com os infortúnios que assolam a administração do Estado do Rio de Janeiro não deixou de honrar. Esperamos que a tormenta que assola a produção científica e acadêmica no Brasil logo cesse, e que, após tantas convulsões políticas, haja o reestabelecimento dos recursos financeiros para a continuidade das pesquisas atuais e o florescimento de novas.

Ao meu companheiro Rafael Muniz, que esteve ao meu lado nos momentos mais doloridos e frustrantes da vida acadêmica. Às amigas Ana Paula Landim, Nara Tinoco, Sheyla Gonçalves, Lara Silenciano que em meio a confortantes conversas e gargalhadas tornaram essa caminhada mais leve e animada. À Pamela Peres Cabreira, grande amiga desde o início de nossa graduação em 2010 na UFRRJ. Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo nos momentos de grandes devaneios.

Seguindo os ditames sociais, a qualquer erro ou inconsistência aqui apresentados são de minha inteira responsabilidade. E para finalizar e registrar FORA TEMER!

RESUMO

SILVA, Letícia Lemes. “**A arte de semear conhecimento: dos índios aos prelos d’além Mar.**” 2017. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

Durante séculos os ameríndios desenvolveram recursos científicos necessários para sua sobrevivência nas florestas tropicais e demais biomas onde hoje se situa o Brasil. Aprenderam a reconhecer seus perigos, mas também a identificar inúmeras de suas benéficas, desenvolvendo conhecimentos sobre alimentos e cultivares, remédios e recursos para a construção de suas moradias, instrumentos, etc. Em meio a esses diversos ambientes os ameríndios construíram seus modos de vida, e seus saberes. Com a chegada dos colonizadores, aprenderam a sobreviver em meio a violências, guerras, doenças. O colonizador, de sua parte, teve que aprender com os indígenas como sobreviver na floresta, explorando seus recursos. O período de estudos de fontes nesta pesquisa se circunscreve entre o fim do século dezoito e início do dezenove; no entanto, em alguns momentos foi necessário recuar nos séculos anteriores para trazer à luz elementos importantes que corroboraram para elucidar certas inquietações, uma vez que imediatamente após a chegada dos europeus nas Américas, os preciosos recursos naturais como plantas, animais, pessoas, saberes, e tantos outros elementos foram levados para diversas outras partes do mundo, da mesma forma em que elementos exógenos eram trazidos. O objetivo desta pesquisa é esquadrihar o processo de apropriação e circulação dos saberes indígenas que viabilizaram a formação da ciência ocidental no Brasil, pautado na defesa do argumento de que os saberes indígenas foram fundamentais para o estabelecimento das ciências da natureza.

Palavras-chave: Saberes indígenas, ciência, circulação.

ABSTRACT

SILVA, Letícia Lemes. "**The art of sowing knowledge: from the Indians to the presses of beyond the Sea.**" 2017. 81p. Dissertation (Master in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017

For centuries, Amerindians developed scientific resources for their survival in tropical forest and other biomes in the area we know today as Brazil. They have learned to recognize threats, but they have also been able to learn a number of advantages in wild life, developing knowledge about food, agriculture, medicine and materials for building shelter, tools, etc. Within these environments, Amerindians built their way of living and their knowledge. With the arrival of the colonizers, they were able to survive among violence, war and diseases. On the other hand, the colonizer had to learn from the indigenous people how to survive in the forest, exploiting its resources. The sources in which this study is based on are mostly from the end of the eighteenth century to the beginning of the nineteenth century. However, at some points, it was required to go further back in previous centuries in order to bring important elements to light which reinforces some of the issues present in the study, given the fact Europeans took a good amount of precious resources from the Americas upon their arrival, such as plants, animals, people and knowledge, and many other elements, scattered around the world, as outer elements were brought into the newly-discovered continent. This study aims to sketch the process of appropriation and circulation of indigenous knowledge, which were greatly responsible for the formation of western science in Brazil, defending the argument that indigenous knowledge were fundamental to the consolidation of the "*sciences of nature*".

Keywords: Indigenous traditional knowledge, science, circulation.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| 1. A CIÊNCIA E O SABER ÍNDIO NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA | 11 |
| 1.1 A categoria Conceitual <i>Populações Tradicionais</i> | 12 |
| 1.2 Estado da Arte do Objeto de Investigação | 15 |
| 2. PERIÓDICOS COMO VEÍCULOS DE CIRCULAÇÃO: OS SABERES INDÍGENAS EM O PATRIOTA, JORNAL DE COIMBRA, CORREIO BRASILIENSE E O PROPAGADOR DE CIÊNCIAS MÉDICAS | 26 |
| 2.1 A Imprensa como Veículo de Difusão de Saberes | 27 |
| 2.2 Jornais Literários e Científicos: A Divulgação de Saberes Indígenas | 30 |
| 2.3 A Arte de Conhecer as Virtudes das Plantas | 38 |
| 3. PELOS OLHOS, OUVIDOS, BOCA E PENA DO “OUTRO”, A RESSIGNIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES ÍNDIOS. | 42 |
| 3.1 O Grand Tour e as Viagens Científicas | 43 |
| 3.2 A Expedição do Bispo Caetano Brandão | 47 |
| 3.3 Antagonismos e a Ideia de Selvageria | 52 |
| 3.4 Do Deslumbre à Angustia com a Natureza | 57 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |

INTRODUÇÃO

O século XIX assistiu à consolidação da ciência ocidental que no século seguinte se expandiria globalmente, resultado do processo histórico que iniciou-se especialmente com as grandes navegações e a colonização. O mundo que conhecemos hoje foi construído pela colonização, e a “ciência ocidental” também é colonial. Diversos estudos históricos e antropológicos confirmam que a circulação de objetos acontecia nas Américas séculos antes dos colonizadores europeus invadirem o continente. A circulação de saberes certamente teve início com a própria humanidade, e a colonização construiu uma forma homogenia de reger e construir o saber, a conhecemos contemporaneamente como ciência, mas, além da ciência existem outras formas de saberes. A partir disso, temos nosso objeto de estudos que consiste em apresentar um panorama da interação da sociedade luso-brasileira com os saberes indígenas, uma das formas de saberes que possibilitou a formação da ciência ocidental no Brasil Imperial, sobretudo sobre o prisma da participação dos povos indígenas na formação desta ciência. Algumas inquietações e questões orientam este estudo, colaborando com a pertinência deste objeto: o que é saber tradicional? A ciência ocidental apropriou-se dos saberes tradicionais indígenas? Os saberes se misturam, se transformam?

Textos publicados em periódicos de cunho científico e literário do século XIX que foram construídos em meio à interação de diferentes saberes – ocidental e indígena – nos possibilitam problematizar a construção de uma ciência brasileira que começava a se estabelecer de maneira mais contundente no período. A produção e circulação de um saber produzido a partir do encontro – sob o jugo da colonização, de diferentes grupos étnicos, permite-nos dissecar o processo de construção e circulação de conhecimento, sob a ótica que compreende que o processo foi conduzido pela violência, dominação, abusos, barbáries, da colonização. Mas ao mesmo tempo, contrastava com interações que não eram pautadas sob a égide da violência ou exploração, assim como interação por meio da cooperação entre indígenas e colonizadores.

A construção do universo, o qual escolhemos chamar de científico – mesmo conhecendo os riscos impostos pelo anacronismo – foi sendo estruturado desde o contato dos colonizadores/invasores europeus com os povos ameríndios da América portuguesa. Não nos referimos ao conhecimento produzido pelos ameríndios antes da chegada dos colonizadores como científico, não pela perspectiva de inferioridade ou subalternidade destes saberes em relação ao científico – um dos objetivos deste estudo é desconstruir a ideia de inferioridade de saberes que não são classificados como científicos – embasamo-nos pela compreensão de que existem constelações de saberes distintos e saber científico é apenas mais uma forma delas.

Evidenciar que os saberes tradicionais indígenas desempenharam papel fundamental na construção das ciências brasileiras, o que implica em reconhecer a capacidade intelectual dos povos indígenas, que em diversas situações são relegados à posições marginalizadas, como se os povos indígenas fossem incapazes de desenvolver sistemas de pensamentos complexos e técnicos, assim como as ciências é outro objetivo proposto por este estudo.

O intelectual indígena Ailton Krenak afirma com sabedoria que a história e fatos recentes dos últimos quinhentos anos tem indicado que o tempo desse encontro entre as nossas culturas é tempo que acontece e se repete todo dia. Não podemos nos prender na interpretação rasa que o contato entre brancos e índios se deu em 1500 ou 1800, “não houve um encontro entre as culturas dos povos do Ocidente e a cultura do continente Americano num tempo demarcado. Estamos convivendo com esse contato desde sempre” (KRENAK, 1999: 25). Assim, o “encontro” não pode ser encarado como uma categoria engessada, uma vez que nós temos uma concepção sobre ela e os indígenas, outra. Nós, ocidentais, demarcamos o encontro entre índios e brancos como um episódio pertencente e circunscrito no passado, um capítulo da história que já passou. Não nos damos conta que o encontro acontece todos os dias.

A partir de reflexões como as de Ailton Krenak, e de muitos outros estudiosos de temáticas que se cruzam ao tema deste estudo, buscou-se talvez de maneira audaciosa enveredar-se por caminhos movediços, não salvaguardados por um recorte temporal estreito, ou um recorte local, ou mesmo perseguindo a história individual de um viajante, expedicionário ou naturalista. Procuramos, a partir de “fragmentos” de saberes indígenas localizados em determinados jornais científicos e literários, que foram editorados, impressos e publicados em diferentes locais do Reino Português, reconstruir as redes de indivíduos, instituições e de outros elementos que possibilitaram a estruturação daquele saber, que atualmente temos acesso via a digitalização dos exemplares pela Biblioteca Nacional. Em outras palavras, buscamos reconstruir os caminhos que os saberes índios percorreram até chegarem aos prelos editoriais dos respectivos jornais que aqui são tratados.

O primeiro capítulo apresenta em seu corpo um panorama da construção da ciência na sociedade portuguesa e no Brasil. Apesar de introdutório, julga-se importante a contextualização do cenário pelo qual o Reino Português passava em meio as transformações das ciências na Europa visto a importância da relação de Portugal e Brasil, pois a ciência brasileira muito herdou da portuguesa. Elencamos estudos que corroborassem com a contextualização histórica do período em questão, além de apresentar o corpo teórico que orienta as ideias, questionamentos e inquietações que são o fio condutor deste estudo.

No segundo capítulo, apresentaremos o periódico utilizado para mapear e identificar a circulação dos saberes indígenas na produção científica do Brasil no século XIX. Analisando o impacto da apropriação dos saberes indígenas e sua divulgação para uma opinião pública em formação. Ainda neste capítulo, problematizou-se o impacto das expedições na produção científica, e como o encontro entre viajantes e indígenas gerou um *corpus* documental que foi incorporado pelas ciências no Brasil.

No terceiro e último capítulo, apresentamos os registros produzidos pelo português D.fr. Caetano da Anunciação Brandão, bispo da Capitania do Pará (1783-1790) buscando compreender como viajantes atuaram na incorporação dos saberes tradicionais indígenas e as ciências que estavam se consolidando no Brasil e no mundo ao longo do Oitocentos absorveram esses relatos como fontes de informações. Através de relatos de viagens de Caetano Brandão, publicados no *Jornal de Coimbra* foi possível evidenciar a preocupação em propagar via publicações periódicas extratos dos registros de viagens, nos quais pudemos identificar um saber construído a partir do encontro e convívio com os índios. Partindo deste pressuposto, acreditamos que os saberes dos povos tradicionais indígenas nativos do Brasil foram incorporados ao processo de construção do conhecimento científico, alicerçando as bases de diversas áreas das ciências, especialmente a botânica, mineralogia e medicina. Neste capítulo o objetivo é compreender os processos de ressignificação que resultaram na produção de um saber híbrido, um saber que não deixa de ser indígena, mas também já não é o mesmo, e ganha *status* de “científico” ao ser endossado por “homens de ciência e das letras”, constituindo um *corpus* de conhecimento resultante do encontro de concepções distintas de mundo em meio a uma conjuntura de violência e dominação.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha chamou a atenção, na organização de livro *História dos Índios no Brasil*, há exatos 25 anos, para o fato do pouco que conhecemos sobre a história dos povos ameríndios das Américas: a inexistência de dados seguros sobre as cifras populacionais, por exemplo, se soma aos desconhecimentos sobre origem de diversos povos, quanto menos o que de fato aconteceu após a “conquista”. No entanto houve muitos avanços recentes que permitem, hoje, maiores esclarecimentos, pelo menos em relação ao que ainda não se sabe sobre a história dos índios.

Ao ingressar neste vasto universo que são os estudos sobre os povos indígenas, devemos nos atentar para não cairmos em “uma das maiores armadilhas nos estudos de história indígena”, que é acreditar na falsa ideia de primitivismo. Na segunda metade do século XIX,

triunfo do evolucionismo, a prosperidade de ideias “de que certas sociedades permaneceram na estaca zero da evolução, e que eram portanto algo como fósseis vivos que testemunham o passado das sociedades ocidentais” foi permitida. Neste momento, a antropologia emergente concebeu aquelas “sociedades sem Estado” como “primitivas” e condenadas à uma eterna infância (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 11).

Outro aspecto importante a ser aqui compreendido é como a história se encontra onipresente, seja moldando unidades e culturas novas, submetidas à homogeneização classificatória, diferentes grupos conglomerados, como é o caso das culturas ribeiras Ucayali, formada por três famílias linguísticas distintas: Arawak, Pano e Tupi. Outro exemplo dessas fusões são os Arawak-Tukano do Alto do Rio Negro, “essas sociedades indígenas foram chamadas por Taylor apropriadamente de coloniais, pois elas foram geradas pela situação colonial” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 12).

O historiador John Monteiro também chamou a atenção para esta questão, apontando para trabalhos de diversos pesquisadores, como o da historiadora Karen Spalding, que há mais de trinta anos já sinalizava a importância da figura do “índio colonial”, que por muito tempo representou um campo de estudos inexplorado pelos estudiosos da América.

Nesta nova perspectiva, “a figura conservadora, presa às amarras da tradição milenar,” e distanciando ainda mais da concepção que os índios eram apenas “sobreviventes de uma cultura destruída e empobrecida pela transformação pós-conquista, este novo “índio colonial” passava a desempenhar um papel ativo e criativo diante dos desafios postos pelo avanço dos espanhóis”. Os povos indígenas, mesmo mantendo em suas culturas um horizonte cosmológico secular, “dialogavam abertamente com os novos tempos, seja para assimilar ou para rejeitar algumas das suas características”. (MONTEIRO, 2001: 1)

A história que conhecemos e fazemos sobre sociedades indígenas colônias, surgidas da situação de colonização, não pode ser vista, no entanto, como um mero encontro entre diferentes povos, já que a América, de fato, não foi “descoberta”, mas, sim, invadida (JENNINGS *apud* CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 14). Através dos dados que foram obtidos por mais de 40 quarenta anos de tinta que foram empregadas para escrever estudos sobre a história dos povos ameríndios da América, evidencia-se um cenário ainda mais trágico ao qual foi construído por muito tempo (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 14).

Há pesquisadores que trabalham com cifras que ultrapassam a casa dos milhares em números de aborígenes que habitavam as Américas antes da chegada dos colonizadores, e se tais números realmente corresponderem à realidade, o genocídio indígena foi ainda mais brutal do que outrora fora imaginado. Este horizonte conceitual, corrobora também para esvaziar-se ideal tradicional (consolidado possivelmente no XIX) de que o continente americano era pouco habitado quando fora ocupado pelos europeus (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 14).

Esperamos, assim, neste trabalho, suscitar algumas questões inerentes às grandes lacunas até hoje existentes sobre a indelével presença indígena nos regimes de conhecimento configurados com a modernidade ocidental.

1. A CIÊNCIA E O SABER ÍNDIO NO BRASIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TEÓRICA.

1.1. A categoria Conceitual *Populações Tradicionais*.

Neste capítulo vamos abordar estudos que reinventaram a forma de compreender as populações indígenas na história e na antropologia. Essas pesquisas consolidam o corpo teórico e metodológico que estrutura e orienta esta pesquisa, auxiliando no desafio de compreender a circulação dos saberes e o processo de configuração das ciências no século XIX no território que atualmente conhecemos com Brasil. Para iniciarmos vamos tratar da perspectiva abordada que escolhemos para definir saberes tradicionais indígenas.

De acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha¹ antes de discorrer sobre o que são estes saberes, precisamos compreender quais os atores sociais que habitam esse conceito que foi cunhado pela antropologia contemporânea, sobre a qual discutiremos ao longo deste trabalho. A expressão “populações tradicionais” é uma terminologia recente e segundo Carneiro da Cunha propositalmente abrangente, e não devemos compreender a tradição como elemento fundamental para a definição das populações tradicionais, do mesmo modo que defini-las simplesmente como populações que pouco degradam o ambiente poderia, no entanto, contradizer conhecimentos da antropologia atual, como iremos examinar neste capítulo (CARNEIRO DA CUNHA, 2001: 1). Conforme Carneiro da Cunha, a melhor maneira de definir populações tradicionais seria extensional, indicando aqueles que atualmente são e os candidatos a membros da categoria. Essa abordagem fundamenta a ênfase dos processo de criação e apropriação de categorias atreladas nas relações interétnicas, e o mais importante, apontando para a formação dos sujeitos através de novas práticas (CARNEIRO DA CUNHA, 2001: 01).

É importante frisar que as categorias étnicas - que permitem aos sujeitos se reconhecerem enquanto pertencentes a um determinado grupo - não podem ser consideradas fixas, mas sempre contextuais, flexíveis e mutáveis. Sobre as terminologias e expressões “índio”, “indígena”, “tribal”, “nativo”, “aborígene” e “negro”, Cunha nos mostra que são frutos de uma construção no âmbito do processo de colonização, portanto estereótipos de caráter artificial e genérico. No entanto, apesar desta origem colonialista, tais categorias contextuais estereotipantes que degeneravam e denegriam, “foram sendo aos poucos habitados por gente de carne e osso” (CARNEIRO DA CUNHA, 2001: 1). Entretanto, essas categorias estereotipadas que foram criadas a partir de um sistema opressor ao longo da história passaram a ser apropriadas pelos sujeitos que eram desqualificados e oprimidos por esses conceitos a seu próprio favor, subverteram ferramentas conceituais que outrora foram utilizadas para inferiorizar, em instrumentos de luta pela preservação de suas identidades. O termo índio que foi utilizado pelos colonizadores generalizando e apagando as identidades dos povos ameríndios, atualmente fora absorvido por vários grupos de militância indígena que utilizam essa categoria conceitual em prol de suas lutas por direitos civis.

Outro estudo que contribuiu para entendermos o funcionamento das relações de contato de sujeitos que são orientados por códigos sociais e culturais distintos é o antropólogo Bruce Albert, que através da gênese das etnicidades na Amazônia contemporânea apresenta as condições de possibilidade dos processos político-cultural de negociação interétnica, onde o próprio discurso colonial pode ser contornado e até mesmo subvertido.

“A intertextualidade cultural do contato nutre-se tanto desta etnopolítica discursiva quanto das formas retóricas (negativas ou positivas) pelas quais os brancos constroem ‘os índios’. A construção das representações que os brancos projetavam dos índios estava atrelada

¹ Manuela Carneiro da Cunha é uma das maiores referências, nacional e internacional sobre estudos indigenistas, para saber um pouco mais sobre sua trajetória e sua importante contribuição ver: HAAG, Carlos. Manuela Carneiro da Cunha: antropóloga militante. Pesquisa FAPESP, dezembro de 2009.

a representação que tinham de si próprios, e estas formas não se “limitam apenas às imagens recíprocas de índios e brancos. A definição de cada protagonista alimenta-se não só da representação que constrói do outro, mas também da representação que esse outro faz dele: a auto representação dos atores interétnicos constrói-se na encruzilhada da imagem que eles têm do outro e da sua própria imagem espelhada no outro” (ALBERT, 1965: 3)

A terminologia *Populações Tradicionais* possui existência administrativa o "Centro Nacional de Populações Tradicionais", um órgão do IBAMA. A princípio o termo designava uma categoria que reunia seringueiros e castanheiros da Amazônia. A partir de então expandiu-se, compreendendo outros grupos que vão de coletores de berbigão de Santa Catarina a babaqueiras do sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins. Todos esses grupos possuem em comum uma história, ao menos em parte, de baixo impacto ambiental e de que apresentam “o interesse em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. Mas acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais”. Além do que, segundo as elucidações da autora *populações tradicionais* trata-se de uma categoria conceitual pouco ocupada, no entanto já possui integrantes e pretendentes a ocupa-la. (CARNEIRO DA CUNHA, 2001: 2).

Portanto, quando usamos a terminologia “saberes tradicionais indígenas” estamos nos referindo aos conhecimentos ancestrais utilizados e transmitidos secularmente pelos povos atualmente categorizados como indígenas. Frisa-se a necessidade de elucidar que os sujeitos que são aqui estudados não foram categorizados como populações tradicionais indígenas e nem se viam como tal, trata-se de uma escolha metodológica e teórica para desenvolver este estudo, pois está é uma terminologia contemporânea que está sendo empregada para categorizar grupos sociais que atualmente enquadram-se nesta categoria conceitual. O debate acerca dos conhecimentos tradicionais indígenas, assim como o de outras populações tradicionais, veem estando presente cada vez mais nas agendas de pesquisadores das ciências humanas, são temas geradores de pesquisas acadêmicas, simpósios, congressos, etc. No entanto, no Brasil os debates acerca dos saberes tradicionais vão além das discussões teóricas realizadas nos espaços acadêmicos, esta temática constitui importante agenda dos movimentos sociais que lutam por transformações nas políticas públicas.

Na apresentação do livro *Enciclopédia da Floresta* a antropóloga Manuela C. Cunha afirma tratar de uma obra auto censurada, pois os envolvidos neste projeto temiam expor os saberes tradicionais das populações do Alto do Juruá. Pois, ao publicarem a obra contendo os mais diversos saberes das populações que vivem nessa região da Amazônia, os pesquisadores envolvidos no projeto estariam a disponibilizando a qualquer um que se interessassem por esses saberes, inclusive grandes corporações farmacêuticas. Publicar saberes que orientam o uso de plantas medicinais, comestíveis, dentre outras técnicas que auxiliam a ocupação humana na floresta, num primeiro momento pode aparentar que se trata de ações utilitárias. Contudo, quando esses saberes encontram-se em domínio público, eles se encontram ao alcance de todos, inclusive do mercado farmacêutico por exemplo, o qual se beneficiaria com altos rendimentos financeiros. Outras questões entram em voga, como por exemplo, como os lucros seriam divididos com as populações tradicionais que por séculos utilizaram e mantiveram esses saberes em circulação? Infelizmente são recorrentes situações em que as populações tradicionais são lesadas por grandes corporações que apropriam-se de elementos de sua cultura, lucram com isso e nenhum retorno oferecem para essas populações. Por tanto, o cuidado apresentado pelos organizadores desta enciclopédia em questão deve ser considerado em demais trabalhos. É necessário refletir até onde deve-se ir em virtude da realização de uma pesquisa, pois, não deve-se cometer equívocos possam gerar danos à essas populações.

Ao abordarmos a temática dos saberes indígenas as questões referentes ao território não podem ser desvinculadas, pois o território para os povos indígenas é parte constituinte da identidade de cada indivíduo. Para várias etnias indígenas eles são parte do território e não o contrário, como a concepção mercadológica ocidental, que o território é uma propriedade privada de um ou mais indivíduos. Os índios são parte do território, tudo aquilo que eles produzem está diretamente vinculado à terra, ao local em que vivem, seu alimento, seus ancestrais.

O trabalho da advogada e antropóloga J. Santilli contribui para este campo de análise, lançando luzes sobre a conexão existente entre a produção de conhecimento dos povos tradicionais integrados a lutas por seus direitos, e demonstra a importância do diálogo entre antropologia e direito. Ao tratar das lutas jurídicas dos territórios indígenas “o conceito de território, portanto, deve ser compreendido à luz da interpretação antropológica, como o espaço necessário à reprodução física e cultural de cada povo tradicional, e considerando as formas diferenciadas de uso e apropriação do espaço territorial”. Pois a compreensão que os povos indígenas possuem do território é divergente dos não-índios. Segundo Santilli, “tal conceito não guarda relação com o tempo imemorial, e sim com os usos, costumes e tradições dos povos tradicionais, e traduzem uma ocupação coletiva do espaço, onde predomina o uso e a gestão compartilhada dos recursos naturais” (SANTILLI, 2005 :93).

O interesse pelo conhecimento tradicional encontra-se hoje evidente por toda parte, desde o Banco Mundial como a Organização Mundial da Saúde, na FAO, a OMPI e a Unesco, como em áreas não oficiais, como a culinária (CARNEIRO DA CUNHA, 2012: 41). Os saberes tradicionais despertam interesses nos mais diversos setores da sociedade contemporânea, como o econômico. M. C. Cunha demonstra-nos como as relações monetárias indígenas se transformaram, onde essas populações engenhosamente apropriaram-se de um sistema econômico que por séculos os prejudicaram, e tornaram-no produtivo para eles próprios.

A poucas décadas atrás os povos indígenas para conseguirem renda monetária negociavam matérias primas extraídas da natureza, como borracha, castanhas, minérios e madeira. No entanto, “pularam a etapa de geração de mercadorias com valor agregado industrial, e mal passaram pelos serviços ou mercadorias de terceira geração. E começam a participar da economia da informação -- as mercadorias de quarta geração -- através do valor agregado ao conhecimento indígena e local”. O mercado mudou e os povos indígenas acompanharam essas transformações, o melhor dizendo, adaptaram-no melhor para as suas necessidades, “e entraram no mercado emergente de valores da existência, tais como a biodiversidade e as paisagens naturais” (CARNEIRO DA CUNHA, 2001: 16). A inserção crescente dos povos indígenas no meio econômico da informação, a valorização dos saberes e determinadas práticas desses povos vem a cada dia despertando mais interesse do mercado industrial, farmacêutico, e em outros setores.

No entanto, o interesse pelos saberes tradicionais indígenas não é exclusividade da contemporaneidade, este interesse existe desde o momento em que europeus iniciaram a invasão colonial das americanas. Pois aqueles que nessas terras viviam, vasto saber sobre elas detinham, e conhecer o novo território muitas vezes significava garantia de sobrevivência. Os saberes dos povos nativos foram decisivos no processo de fixação e colonização dos colonizadores.

O historiador José Ribamar Bessa pontua de maneira contundente que: "se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos que sobreviveram com sucesso por milhares de anos na Amazônia" (BESSA FREIRE s/d). Certamente com o reconhecimento da capacidade intelectual e técnica do índio as ciências vislumbrariam outras perspectivas que acarretaria em grande ganho para as pesquisas. O etnobiólogo Darrel Posey, por sua vez, estudou a etnobotânica dos Kayapó, e

afirma que “o conhecimento tradicional dos índios possibilita determinadas opções mais viáveis e prósperas para a efetivação de ações sustentáveis dos recursos naturais nos trópicos” (*apud* BESSA FREIRE s/d). Posey sugere que a criação de uma “ponte ideológica” entre culturas, que “poderia permitir a participação de povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno” (POSEY 1992: 43 *apud* BESSA FREIRE). Os povos indígenas, a partir de suas ciências classificaram a flora e a fauna com aparato lógico equivalente aos métodos científicos ocidentais, dando-lhes significados (BESSA FREIRE s/d).

1.2. Estado da Arte do Objeto de Investigação.

Nas últimas cinco décadas presenciamos aumentos circunstanciais no desenvolvimento de trabalhos sobre as populações indígenas no Brasil, seja pela perspectiva da história ou outras áreas das ciências. E os estudos sobre os saberes desses povos, que atualmente ocupam o espaço conceitual de tradicionais,² também faz parte do crescente interesse de pesquisadores das mais diversas áreas da ciência, além de empresas multinacionais (especialmente farmacêuticas). Mas foi certamente a partir da década de oitenta que no Brasil, tivemos um aumento exponencial de pesquisas direcionadas pelo tema em questão. Estas pesquisas foram, e as que vem sendo produzidas, estão circunscritas nas mais diversas áreas do conhecimento científico, desde as ciências humanas – antropologia, história, direito, até as ciências naturais e biológicas. Essas investigações sobre os saberes dos povos indígenas são orientadas por diferentes metodologias e perspectivas, a partir de uma variada gama de objetos de pesquisas. Veremos a seguir alguns estudos sobre os saberes dos povos indígenas, e como estas estão circunscritas em diferentes áreas do conhecimento científico e ainda assim estabelecem pontos de intersecções, visto a necessidade de interdisciplinaridade do tema em questão.

Uma figura histórica e política que teve importante atuação na ciência no Brasil e na Europa foi o conde Johan Maurits van Nassau-Siegen, que chegou em Recife em 1637 ocupando o cargo de governador-geral da colônia neerlandesa. Nassau chega com o dever de gerir de maneira coesa e unificada o território colonial Holandês, estabelecer a entrada de escravos vindos da costa ocidental da África, para garantir a produção e exportação de açúcar para Europa. Mediar, controlar conflitos que surgiam entre moradores dos territórios sob o controle holandês, planejar e coordenar ações de guerra. Isto é, Nassau foi designado para administrar o Brasil Holandês. Mas os planos do conde não se limitavam às suas obrigações políticas, chegou ao Brasil com o intuito de “explorar também aquilo que a nova terra poderia lhe oferecer no âmbito científicos e artístico” (FRANÇOZO, 2009: 20). Orientado por seu desejo de conhecer tudo aquilo de mais exótico e maravilhoso que a América poderia lhe oferecer, Nassau foi responsável pela criação de uma coleção rica e diversificada, a qual foi constituída por espécies “vegetais, anotações sobre a fauna e a flora do Brasil, imagens – retratos e paisagens – da nova terra e, artefatos confeccionados pelos mais diversos grupos humanos com os quais Nassau entrou em contato, direta ou indiretamente” (FRANÇOZO, 2009: 20).

O trabalho de Françoço, se propôs a problematizar como a coleção de curiosidades de Nassau foi construída ao longo dos oito anos em que esteve no Brasil, e ao regressar para a Europa, como esta foi compreendida e usada pelos europeus. Françoço, a partir da coleção de Nassau identifica a construção dos saberes coloniais, ou seja, como o “conhecimento sobre o novo mundo foi sendo construído a partir de experiências combinadas de pessoas que viajaram ao novo continente e daquelas que nunca saíram da Europa”. O novo mundo chegava aos portos europeus, e adentrava pelo velho continente através dos viajantes que cruzavam os mares e

² A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha realizou importantes discussões acerca do desenvolvimento do conceito populações tradicionais, permitindo-nos compreender sua origem e quais grupos ocupam atualmente esta categoria conceitual.

oceanos, e da infinidade de objetos que eram trazidos a cada viagem (FRANÇOZO, 2009). Assim como salienta Cunha, esse processo de circulação de objetos também ocorreu de maneira intensa no continente americano, onde os objetos e microrganismo trazidos pelos colonizadores adentravam o continente mais rapidamente que os próprios viajantes (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 11). Assim como o velho continente fora inundado de objetos ameríndios o mesmo acontecia nos continentes colonizados, como o americano - mas vale lembrar que a circulação de objetos já era existente entre os próprios ameríndios antes mesmo da invasão dos europeus (CARNEIRO DA CUNHA, 2009: 11). Uma história dos objetos indígenas e suas circulações nos permite compreender e iluminar inúmeras incógnitas e lacunas ainda existente na história dos povos ameríndios da América Portuguesa. A qual se difere da história dos povos ameríndios da América Espanhola, a qual possui vasto arsenal de fontes históricas, sejam artefatos arqueológicos, córtex, documentos escritos por ameríndios, dentre outros.

Outra questão de ressonância apontada por Françoço orienta-se a partir do regresso de Nassau à Europa, e quando este retorna desfez-se de boa parte de sua coleção— enviando muitos dos objetos que constituíam sua coleção de raros artefatos como presentes a diversos nobres das cortes europeias. A autora questiona porque Nassau após criar uma coleção de artefatos raros resolveu desfazer-se dela. Sem buscar esgotar as possibilidades que estas questões norteiam, a autora evidenciando, a partir das doações de Nassau, a existência de uma ampla rede de contatos políticos e científicos que eram estruturadas, e certamente estes “presentes” funcionavam como elementos para a manutenção destas relações.

O sistema educacional, atualmente é um dos pilares na construção de conceitos ou dogmas, “e na realidade é um dispositivo de saber pelo qual os membros de uma determinada comunidade cultural, política, etc. dizem aos membros dessa sociedade o que se deve aprender” (2004:22). O sistema educacional atua na coordenação do sistema de construção do saber, ao mesmo tempo que funciona como filtro e espiral de exclusão de outros saberes. Não se ensina tudo, e como nem tudo é ensinado, muitos saberes não são transmitidos às gerações seguinte como uma tradição (BETANCOURT, 2004: 23).

O uso de plantas medicinais são largamente recorrentes nos lares brasileiros como remédios, e inúmeras espécies utilizadas são originárias de outras partes do mundo, e que aqui foram inseridas após o processo de colonização. Atualmente é reconhecida pela OMS a importância das espécies de plantas usadas na arte de cura dos índios e indica que sua eficiência deva ser avaliada através de pesquisas e testes farmacológicos e toxicológicos. Dada a relevância dos usos os pesquisadores Brandão, Zanetti, Oliveira, Grae, Santo, Monte-Mór, propuseram-se a verificar através do corpo documental produzido por dezesseis naturalista que estiveram em expedições pelo estado de Minas Gerais no século XIX, quais plantas catalogadas por eles foram incluídas na primeira edição da Farmacopeia Oficial Brasileira em 1929 (FBRAS), e quais espécies foram avaliadas por estudos farmacológicos que atestaram sua eficácia.

A partir do repertório de 203 espécies de plantas registradas por estes naturalistas³ europeus, os pesquisadores constataram que 38,5% foram avaliadas por testes farmacológicos, e dentre esse percentual, apenas nove eram plantas ameríndias. Esses testes atestaram a eficácia dessas plantas no tratamento de enfermidade descritas pelos naturalistas (BRANDÃO&MONTE-MOR: 145). Ou seja, os saberes tradicionais que possibilitaram os naturalistas classificarem os usos medicinais das plantas, foram submetidos ao crivo do meio científico, e foi constatado via o uso de materiais e métodos reconhecidos pelo campo científico contemporâneo, que as plantas ameríndias são eficazes.

³ Para saber mais sobre os naturalista analisados por este estudo ver em Brandão, Zanetti, Oliveira, Grae, Santo, Monte-Mór. Brazilian medicinal plants described by 19th century European naturalists and in the Official Pharmacopoeia.

As plantas também foram objetos de pesquisa do grupo de pesquisadores, Mariana Reis de Brito, Eimear Nic Lughadha, Luiz Fernando Dias Duarte e Luci de Senna-Valle analisaram 60 cartas trocadas entre o naturalista francês Auguste François Marie Glaziou, que foi Diretor Geral de Florestas e Jardins da Casa Imperial no Rio de Janeiro e Artista paisagista do Imperador, com os botânicos do Royal Botanic Gardens, Kew (2015) e seus colegas de ofício. Através das análises das cartas escritas por Glaziou os pesquisadores realizaram levantamentos de diversas plantas que foram citadas pelo naturalista. E por meio deste mapeamento realizado inicialmente pelo Glaziou, foi possível identificar as principais espécies do tráfego continental de plantas, especialmente entre Brasil e Inglaterra. Trafego esse que resultou em inúmeros espécimes exóticos inseridos no bioma brasileiro e exemplares de espécies nativas da flora brasileira que foram inseridas em outras partes do planeta.

Através das cartas de Glaziou, notou-se o esforço do naturalista em identificar em seus manuscritos quais plantas eram nativas do Brasil e quais eram exóticas, muitas vezes ele mencionava a dificuldade de realizar tal classificação, pois, algumas plantas já haviam sido inseridas a muitos anos e já estavam ambientalizadas e muitos povos nativos aprenderam a fazer uso dessas espécies exóticas que foram inseridas no ecossistema brasileiro. Essas espécies já haviam sido inseridas a tempo suficiente para os povos locais dominarem seus usos e aplicações (BRITO, 2015).

O naturalista Glaziou foi um exímio conhecedor da flora brasileira, mas não demonstrava preocupação com as consequências do processo de exportação de plantas nativas do Brasil, e mesmo com a inserção de plantas exóticas no bioma brasileiro (BRITO, 2015). No entanto naturalistas como José Bonifácio e Alexandre Rodrigues Fereira, sinalizavam desde o século XVIII, preocupação com impactos das assimilações de plantas e animais e a conservação do meio ambiente (PÁDUA, *apud* BRITO, 2015: 3).

Essas produções acadêmicas atravessam as mais variadas áreas do saber, desde pesquisas nas Ciências Sociais, até os laboratórios de Farmácia, Química ou Biologia, ou mesmo trabalhos interdisciplinares que integram diferentes áreas, como a pesquisa do antropólogo Diego Soares da Silveira, que culminou no livro, *Redes Sociotécnicas na Amazônia: tradução de saberes no campo da biodiversidade*. Sua pesquisa debruçou-se sobre os trabalhos desenvolvidos em um laboratório manauara, no qual eram desenvolvidas pesquisas com fitoterápicos extraídos de plantas utilizadas por comunidades ribeirinhas de Manaus. A partir de sua pesquisa, Silveira buscou evidenciar a rede existente que viabiliza o desenvolvimento do trabalho científico, demonstrando o longo caminho que é construído e percorrido pelos pesquisadores até que os substratos cheguem as bancadas dos laboratórios (SILVEIRA, 2013).

Atualmente, o conceito de rede vem sendo utilizada com frequência nas Ciências Sociais, o trabalho de Silveira é inspirado no trabalho do antropólogo Bruno Latour, o qual desenvolveu uma pesquisa pioneira no terreno da antropologia da Ciência, no qual dissecou o dia a dia de um laboratório, fazendo assim, como ele mesmo afirma, a primeira etnografia de um laboratório. Latour inaugura o conceito de Rede no campo científico, apresentando-nos todos os atos que compõem a peça científica (LATOUR, 1999).

O conceito de *rede*, permite-nos evidenciar os caminhos percorridos e construídos pelos atores e elementos que estão envolvidos no empreendimento científico, e que os saberes que são produzidos não estão condicionados apenas ao interesse e curiosidade dos atores, mas estão vinculados a uma esfera mais ampla, na qual os interesses individuais, muitas vezes estão condicionados a projetos políticos. Talvez atualmente tenhamos a falsa ideia de que as fronteiras entre política e ciência são bem delimitadas, pois não vemos nas bancadas dos laboratórios indivíduos com cargos políticos, assim como víamos no século XIX a figura de José Bonifácio, lembrado atualmente especialmente, como o Patriarca da Independência, que além da sua importância política desenvolveu relevantes trabalhos na ciência. Inúmeros estudos

demonstram que a importância histórica de Bonifácio não restringe-se apenas a sua atuação política, mas também científica. Em outras palavras, o conceito de rede, permite-nos compreender que aqueles que produzem ciência não atuam inerente a uma projeto mais amplo.

Exemplo claro que podemos utilizar são as polêmicas sobre o uso de células troncos oriundas de embriões no de tratamentos de doenças crônicas, como Alzheimer e Parkinson. O uso dessas terapias são fortemente criticadas especialmente pelas instituições religiosas, fato esse que certamente ainda proíbe a realização dessas práticas na ciência médica contemporânea⁴. Ou seja, muitas vezes as pesquisas científicas passam por crivos sociais, os quais podem proporcionar para o pesquisadores as melhores condições, como financiamentos, ou então condena-las e impedir seu desenvolvimento a partir dos valores éticos das sociedades.

O emprego de plantas no processo curativo de enfermidades é secular no Brasil, e estas práticas mantem-se em exercício, especialmente nos lugares mais afastados dos centros urbanos até hoje. Essas práticas curativas estão tão intrincadas na cultura popular brasileira, que até mesmo o Estado reconheceu sua importância no combate à doenças, especialmente nos casos de atenção primária (MACHADO, 2012: 616). Em 2006 foi lançado pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos mediante a aprovação do decreto Nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que “estabelece diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país,” além de incentivar o desenvolvimento de tecnologias e inovações para proporcionar o “fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde” (CORRÊA, 2006: 10).

A implementação da PNPMF e da PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares), em instâncias estaduais e municipais evidenciou o reconhecimento do Estado pela demanda de inserção da fitoterapia no SUS, a qual está ligada ao alto valor do remédios alopáticos, além da própria escassez destes medicamentos em algumas regiões visto o isolamento de determinadas comunidades⁵ (MACHADO, 2012), além do que o Brasil é contemplado com a maior biodiversidade do planeta. Vale salientar que os povos indígenas por exemplo, não utilizam apenas plantas na arte de curar, mas também animais, cânticos, danças, rituais xânicos, mas quando é doença de branco os enfermos são direcionados para os postos médicos geridos pelos não indígenas (SECIN, 2016). A colonização disseminou microrganismos sobre os povos ameríndios das Américas com os quais esses povos não detinham o conhecimento necessário para se protegerem, as doenças de branco dizimaram milhares de índios ao longo da história da colonização (CUNHA, 2009: 12-13).

Juntamente com recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e reconhecendo que o Brasil possui a maior biodiversidade planetária, mais a diversidade étnica e cultural de sua população, a qual “detém um conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais” evidencia-se que nosso país “tem o potencial necessário para desenvolvimento de pesquisas com resultados em tecnologias terapêuticas apropriadas. A PNPMF foi uma ação que visou integrar a ampliação do acesso de plantas medicinais presentes nos biomas brasileiros, fitoterápicos e práticas relacionadas à fitoterapia direcionadas para a

⁴ Para saber mais sobre o tema ver LUNA, Naara. Religiosidade no contexto das terapias com células-tronco: Uma investigação comparativa entre pesquisadores e “iniciantes e iniciados” e seus pacientes.

⁵ Vale salientar que o documento analisado é uma publicação oficial Estatal, e como pontua o historiador Roger Chartier os documentos são construídos dado ao seu tempo atendendo à demandas políticas de determinados grupos. Sabemos que a falta de medicamentos alopáticos no SUS não está ligado apenas a questão do isolamento de determinadas comunidades, mas relaciona-se diretamente com a falta de recursos financeiros gerados pela corrupção endêmica na gestão pública, o que afeta diretamente a distribuição de medicamentos pelo Brasil.

segurança, eficácia, qualidade e integralidade da atenção à saúde dos brasileiros, juntamente a ações de desenvolvimento da produção desses produtos e da indústria nacional (CORRÊA&RODRIGUES&BARBANO, 2006: 09). Não pode-se deixar de evidenciar que a implementação da PNPMF indica conquistas de movimentos populares. Tal conjuntura chama atenção para a importância do diálogo entre os atores envolvidos na construção da referida política intersetorial para o aperfeiçoamento de suas diretrizes e efetividade das ações (CZERMAINSKI, 2010: 137).

O investimento em políticas públicas que viabilizam o uso de fitoterápicos usualmente utilizados por populações tradicionais, contribui para o reconhecimento da capacidade intelectual e técnica dessas populações que carregam estigmas sociais que diversas vezes questionam suas capacidades e os inferiorizam. No entanto, a incorporação dos saberes tradicionais pelo SUS, não implica no abandono dos remédios ou técnicas terapêuticas tradicionais (alopáticas) ou que os saberes tradicionais ganham *Status* de confiabilidade assim como os remédios desenvolvidos por métodos científicos ocidentais. O projeto de lei propõe que esses saberes serão rigorosamente acompanhados pelos métodos científicos médicos (2006: 09), ou seja, esses saberes são incorporados como colaboradores, não substitutivos os métodos alopáticos de tratamento. Os saberes tradicionais entram em cena, mas sem tirar o protagonismo da ciência médica ocidental.

A implementação dessas políticas públicas, da PNPMF e da PNPIC suscitou desdobramentos no meio científico, uma série trabalhos passaram a serem produzidos (artigos, Tccs, teses, etc.), à respeito dos mais diversos desdobramentos que acarretaram em seu desenvolvimento, até questões sobre os impactos que essas políticas públicas acarretariam ao SUS e conseqüentemente ao meio social que nos quais essas medidas fossem implementadas.

A médica especialista em ortóptica Vivian K. A. V. Secin escreveu o livro *A visão binocular dos guarani Mbya* fruto da sua tese de doutorado, realizou estudos com dois grupos de perfis culturais distintos. O primeiro grupo constituído por índios Guarani Mbya de cultura predominantemente oral que vivem em Angra dos Reis, município do Estado do Rio de Janeiro. O segundo, reuniu estudantes universitários de graduação e pós-graduação oriundos de comunidades urbanas com *modus vivendi* de cultura predominantemente letrada. A partir dos seguintes instrumentos metodológicos: fotografias, filmes e entrevistas Secin avaliou as funções visuais dos integrantes dos dois grupos, concluindo que existem diferenças significativas. O Primeiro grupo emprega mais o campo binocular periférico, enquanto o segundo, o uso do campo binocular central é predominante. Portanto, os brancos por lerem demais, enxergam diferente dos índios. Quando pessoas urbanas adentram a florestas, especialmente a noite sente-se cegas, enquanto os nativos andam como se fossem a luz predominasse naquele ambiente (SECIN, 2016).

O trabalho de Senci evidencia que as dificuldades, por exemplo, no letramento de indígenas ou indivíduos oriundos de comunidades rurais ou de florestas, muitas vezes não está ligado à doenças ou problemas genéticos da saúde dos olhos, mas está diretamente ligado a formação sociocultural destes indivíduos. Ou seja, não deve se existir um modelo de normalidade visual, pois os indivíduos são culturalmente distintos (SECIN, 2016).

Esta tese contribuí com o desenvolvimento de novas políticas de letramento que considerem as diferenças culturais dos indivíduos. Partindo destas prerrogativas, compreender-se-ia que muitos sujeitos que possuem dificuldade de letramento não é visto à um fracasso individual, mas sim a sua construção cultural como indivíduo, a qual não se adapta ao modelo tradicional de letramento. Portanto, a ideia de fracasso individual é eliminada e isso contribui para aumentar a autoestima destes indivíduos, pois eles não fracassaram, apenas precisam de outros métodos para o letramento que corresponda com as suas necessidades culturais específicas.

Uma pálida imagem da ciência europeia refletida por Portugal, assim Simon Schwartzman, define a ciência que a princípio formou-se no Brasil. Aqui, não havia estruturas, instituições ou forças sociais que promoviam a existência da ciência no velho mundo (SCHWARTZMAN, 2001: 28). Para compreendermos, resumidamente a formação da ciência no Brasil, precisamos realizar rápida visita a história da ciência Europeia, não por acreditar-se que a gênese da ciência tenha se dado no velho continente – mais adianta realizar-se-á uma breve discussão sobre as novas teorias, especialmente asiáticas sobre a História da Ciência que buscam desconstruir a ideia de centro-periferia, problematizando as concepções que debatem sobre as origens da ciência – mas, compreendendo que para entender o contexto da formação da ciência no Brasil é de suma importância compreender as consolidação das ciências em Portugal.

A história da ciência europeia pode ser compreendida a partir da conquista gradual da ciência experimental, que passou a ocupar lugar “central na cultura e na cosmovisão do Ocidente” (SCHUWARTZMAN, 2001: 28). Atualmente considera-se normal a realização da ciência dentro de instituições, especialmente as universidades, no entanto a ciência experimental se desenvolveu fora delas, somente a partir do dezanove que a ciência “criou raízes e a conexão íntima” com a universidade. A ciência não foi concebida “neutra, isenta de implicações morais,” a cosmovisão que a ciência buscou criar pautava-se na ideia que ela era o melhor caminho para estudos filosóficos mais precisos, melhores compreensões do homem, da natureza, e a melhor opção para tornar melhor a sociedade (SCHUWARTZMAN, 2001: 28).

Para Schuwartzman, “essa nova *Weltanschauung*, que os estudiosos desse período chamam de “ideologia científica”, não era um evento isolado, mas parte da transformação social, econômica e política da sociedade europeia que hoje conhecemos como revolução industrial” (SCHUWARTZMAN, 2001: 30) Para alguns autores, a revolução industrial foi consequência de uma “revolução” intelectual, ou seja, uma mudança no paradigma do pensamento intelectual proporcionada pela ilustração, especialmente a inglesa, de maior teor pragmático (POTER, PALLARE-BURKE, SOARES).

O historiador Luiz Carlos Soares, cita e parafraseia ideias de Potter que explicam “que o movimento ilustrado na Inglaterra e em toda a Grã-Bretanha não teve pretensão de estabelecer profundos avanços epistemológicos, mas ele foi primeiramente a expressão de novos valores morais e mentais, novos padrões de gosto, estilos de sociabilidade e visões da natureza humana”. Para Potter todo esse panorama social inglês, “corporificou praticamente com a renovação urbana, o estabelecimento de hospitais, escolas, fabricas e prisões; a aceleração das comunicações, a expansão da imprensa, das vias comerciais e do comportamento consumidor; a venda de novas mercadorias e novos serviços culturais” (POTER *apud* SOARES, 2014: 20). Soares pontua que todas essas ações e realizações impactaram profunda e imediatamente a vida cotidiana da população inglesa redefinindo os alicerces da sua sociedade durante o século XVIII (SOARES, 2014:20).

As ideias de caráter pragmático da ilustração inglesa contribuíram para o desenvolvimento de uma ciência utilitarista, a qual proporcionou grandes avanços de técnicas e materiais na sociedade inglesa, o que serviu como mola propulsora da revolução industrial. No Brasil a criação de universidades, escolas, estradas, imprensa, e outras instituições, que se expandiram em alguns países da Europa, como a Inglaterra no século XVIII, no Brasil estas instituições foram fundadas somente a partir do XIX. Não intuimos, a partir desse comparativo denotar que a ciência no Brasil teria se desenvolvido tardiamente, considera-se que o exercício comparativo permite-nos identificar as particularidades do processo de formação da ciência de cada sociedade.

No final do século dezoito, assistiu-se nos principais centros de educação superior ocidentais; Inglaterra, França e Alemanha, profundas transformações. Pois, antes do século dezanove a “educação superior se baseava fundamentalmente na tradição clássica.” Mas já no

decorrer o século dezoito começaram a surgir propostas no interior dessas universidades de “um tipo de educação muito mais técnica e especializada do que a oferecida pelas universidades tradicionais” (SCHWARTZMAN, 2001: 35). O conhecimento filosófico, em meio ao processo gradual de estabelecimento de uma educação pragmática e técnica, deixava de ser o centro das produções de conhecimento como nas universidades tradicionais. De acordo com Schwartzman:

“Essa nova visão da educação superior respondia a dois tipos de pressão: a necessidade de incorporar novos conhecimentos produzidos pela ciência experimental em expansão; e a necessidade de eliminar os privilégios especiais das profissões mais antigas, abrindo espaço para novas profissões, escolas, novos métodos de ensino, e substituindo assim uma elite por outra (SCHWARTZMAN, 2001: 36).

Sobre o caso da ciência em Portugal Schwartzman, pontua que a princípio cumpriu “papel pioneiro nas transformações que começaram a sacudir a Europa a partir do Renascimento,” no entanto, posteriormente ficou à margem no processo de expansão da ciência na Europa, o que gerou “efeitos profundos sobre a herança que o Brasil iria receber” (SCHWARTZMAN, 2001: 40). Para Schwartzman, Portugal ficou à margem da expansão da ciência na Europa, devido a estreita relação entre o governo monarca e a ordem religiosa dos jesuítas, pois “a ordem dos jesuítas – contrária à contemplação, rigidamente hierarquizada, militante, devotada e ativista – promoveria uma reorientação abrupta da cultura portuguesa, utilizando pra alcançar esse objetivo dois instrumentos: a *Ratio Studiorum* e a Inquisição.” (SCHWARTZMAN, 2001: 43)

A *Ratio Studiorum*⁶, que sintetizava a experiência pedagógica dos jesuítas. Assumiu sua forma definitiva no começo do século dezoito. Estabelecia regras para os cursos, programas métodos e disciplinas usados nas escolas da Sociedade de Jesus. Por meio de um conjunto de regras explícitas de ensino, ditou as normas não só para o nível educacional inferior mas também para o universitário. O conhecimento era completamente sistematizado; no cume da pirâmide estava a teologia, ensinada de acordo com Tomás de Aquino, seguida pela filosofia ensinada de acordo com o aristotelismo tomista (SCHWARTZMAN, 2001: 43).

Estes instrumentos de controle, dos quais a ordem de Jesus fazia uso, objetivavam preservar o conhecimento tradicional e impossibilitar o surgimento de qualquer possibilidade de “inovação epistemológica”. Quanto à novas informações ou técnicas os jesuítas não se opunham, mas quando se tratava de perspectivas filosóficas mais amplas e “a as instituições intelectuais inovadoras que haviam surgido em algumas partes da Europa” não tolerava-se. Todas as discussões e textos propostos pelos professores à seus alunos estavam submetidos a rígido controle (SCHWARTZMAN, 2001: 44).

A partir da chamada doutrina aristotélica responsável pela escolha das litas de livros que os estudantes poderiam ler limitava-se à *Summa Theológica* de São Tomás, as obras filosóficas de Aristóteles. A doutrina aristotélica foi definida a partir da rivalidade e combate a qualquer possível interpretação que não estivesse alinhada com os ideais da Igreja. Essa doutrina pedagógica não era usada apenas para preservar a integridade e pureza de uma ordem religiosa, mas tornou-se uma norma aplicável a toda a nação portuguesa. Desta maneira, os jesuítas passaram a controlar todos os níveis educação, desde a universidade de Évora – diretamente, até a universidade de Coimbra através do Colégio das artes (SCHWARTZMAN, 2001: 45). Desta maneira, entendemos que para Schwartzman a estreita relação entre o Estado Português e a ordem religiosa dos Jesuítas implicou na formação de barreiras que dificultaram o desenvolvimento da “ciência moderna” aos moldes francês, alemão ou inglês.

⁶ Para saber mais sobre este conceito ver em SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de estudos estratégicos, 2001. 357 p.

Encontramos na primeira edição do ano de 1808 do periódico *Correio Brasiliense*⁷ publicado em Londres por Hipólito da Costa, debate sobre as sanções impostas às ciências, o texto trata de atraso nas ciências de Portugal devido as mordanças impostas pelo governo português. O autor diz:

“Eu não neguei naquele lugar, nem poderia negar com verdade, que a nação de Portugal tem muitos homens de talentos, e alguns de erudição, e conhecimentos; somente disse que os entraves, que se põem as *sciências*, as perseguições, que sofrem os homens de letras, e de outras causas, que eu atribuo ao Governo, fazem com quem esses talentos estejam sopitados, e não haja, nem possa haver, produções literárias.” (Correio Brasiliense, 1808: 383)

O redator afirma preocupar-se com as perdas geradas às ciências de Portugal devido as ações coercitivas e proibitivas impostas pelo governo, pois “homens de talento” há inúmeros, no entanto, os “entraves e perseguições” são inúmeros, e tais condições inibiam a ação destes homens os quais são vitais para a produção das ciências. O autor segue suas explanações:

Aquele freio, de que se não possa publicar obra alguma, em matéria nenhuma, sem que seja aprovada por um pouco de homens do Governo de Portugal lhe aprouve, por uma ficção de direito, depositar todos os conhecimentos humanos, é um absurdo, só por si, capaz de aniquilar, inteiramente o gênio da nação, em tudo que é produção literária. Eu estou tão longe de querer atacar por isso a nação, que unicamente desejo mostrar onde existe o mal, para que as nações estrangeiras não nos acusem, como fazem, de falta de propensão para as *sciencias* (Correio Brasiliense, 1808: 383).

Mesmo depois das reformas de Pombal que iniciaram a separação da ordem jesuítica do controle do sistema educacional, e iniciou a reformas com bases iluministas – buscando racionalizar o aparato administrativo do governo monarca, ainda assim persistiu a concepção de que o governo Português criava entraves que limitavam a produção literária e das ciências. Ainda mais que está observação parte de um letrado que estava em Londres, considerada na época referência nos avanços científicos. Hipólito da Costa ainda menciona sua preocupação de Portugal continuar a sofrer acusações que era uma nação sem aptidão para as ciências, e tais acusações era responsabilidade do próprio governo português, que a partir de uma junta restrita de homens controlava a produção intelectual de toda uma nação. Para Hipólito, restringir à um pequeno grupo de pessoas toda a produção intelectual era um absurdo que condenava os avanços das letras e das artes de toda a nação portuguesa.

Em meados do século dezoito somente após o reinado de João V um pouco de luz conseguiu adentrar em Portugal, “atravessando a cortina negra do controle totalitário” (SCHWARTZMAN, 2001:47). Foi publicado entre 1746 e 1747, o livro intitulado *Verdadeiro Método de Estudar* escrito por Luís Antônio Verney, que estava em Roma. O trabalho de Verney era um conjunto de cartas que o autor escrevia para uma figura imaginária, nas quais teceu fortes críticas ao domínio jesuíta na educação de Portugal. Schwartzman pontua que “após quase dois séculos de silêncio e apatia, os intelectuais portugueses iniciavam um debate que lhes dava a consciência da necessidade de uma reforma” (SCHWARTZMAN, 2001:47). Esta publicação foi um evento significativo em relação a modernização do pensamento científico. Foram publicados cerca de vinte livros e panfletos, os quais defendiam ou criticavam o *Verdadeiro Método*. Aqueles que se opunham de maneira radical “exigiam um auto-da-fé e a destruição do texto”, pois aqueles textos eram considerados perigosos. No entanto, desta vez, porém, os textos controversos à ordem tradicional não foram destruídos.

A reforma tão vivamente recomendada por Verney deveria afetar todas as disciplinas ensinadas em Portugal, desde o latim e as humanidades até o treinamento técnico e profissional. O essencial a sua mensagem representava uma ruptura radical com o aristotelismo tomista. Apontando a Portugal o caminho do empiricismo, Verney

⁷ No segundo capítulo deste trabalho é apresentado de maneira mais detalhada informações sobre este periódico e seu redator, e o contexto no qual está inserido. Acredita-se que, realizar esta discussão não corroboraria de maneira positiva com a construção da argumentação aqui proposta.

argumentava que a verdadeira filosofia consiste em “saber o que faz realmente com que a água se eleve em uma seringa”. Quando Pombal expulsou os jesuítas, em 1759, e tentou implantar uma nova mentalidade, o terreno para isso já tinha sido preparado por Verney (2001:48).

Partindo das ideias propostas por Kapil Raj, compreendemos que ao traçar parâmetros de comparação onde postule-se a existência de modelos superiores/desenvolvidos e outros “atrasos” em relação ao primeiro, estamos corroborando com o postulado do Eurocentrismo, e reafirmando o modelo “centro periferia” na propagação das ciências o qual, baseando-se em relações dicotômicas, bem como “ciência metropolitana” versus “ciências colonial”, apesar destas categorias empenharem-se para explicarem os mecanismos que possibilitam a difusão, ao invés de forma simples considerar o fenômeno como certo. Nas palavras de Raj, “vale, observar que enquanto a área evoluiu ortogonalmente ao positivismo anterior e reconfigurou fundamentalmente as abordagens para as questões de conhecimento, os historiadores pós-positivistas consentiram, mesmo sem querer, ao persistente postulado Eurocêntrico de que a ciência moderna é “distintamente ocidental em sua origem – embora não mais em sua busca ou execução” (RAJ, 2015: 168). O autor alerta, que muitas vertentes de estudos pós-coloniais, mesmo havendo esforços para desconstruir premissas eurocêntricas, acabam caindo nessas armadilhas conceituais.

A transposição da corte portuguesa acelerou a implementação de um conjunto de elementos que contribuíram para o estabelecimento de instituições – como a imprensa – que aceleraram o estabelecimento das ciências em terras brasileiras.

“A providência favoreceu os esforços de um príncipe justo; e maguana resolução, que S. A. R. abraçou de retirar-se aos Seus Estados do Brasil com sua Augusta Família Real, tornou-se totalmente inúteis os desígnios do Governo Francês” (Manifesto, *Correio Brasiliense*, Londres, 1808: 265 – 266)

No ano de 1808 com a chegada da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, a cidade tornou-se a mais nova sede do Reino Português. A transposição da família Real juntamente com sua corte para o Rio de Janeiro acelerou transformações sociais, de imediato na cidade sede, mas os impactos da chegada de D. João e a corte portuguesa logo se alastraram pelo território, da ainda colônia. No Rio de Janeiro foram instaladas diversas instituições antes ausentes no Brasil⁸, foram transferidos aceleradamente o aparato burocrático e administrativo do Estado Português, como o Erário Real, a Impressão Régia, o Conselho Superior Militar e Justiça, o Conselho da Fazenda, as Mesas do Desembargo do Paço e de Consciências e Ordens, e o Registro das Mercês. O Rio de Janeiro transformou-se no principal centro de poder político e decisório. A Cidade do Rio de Janeiro “recebeu um grande fluxo migratório, imediato e a médio prazo, seja de estrangeiros, portugueses e mesmo brasileiros vindos de outras províncias – dobrou sua população entre 1808 e 1822” (MARTINS, 2008: 1).

Na edição de 1808 do *Correio Brasiliense* lia-se: “entre os documentos recebidos, se acha uma declaração de Guerra da Corte do Brasil contra os Índios Botocudos. Há muito tempo que não leio um documento tão célebre” (1808: 421). A declaração fora sancionada pela Carta Régia expedida por D. João, logo após sua chegada ao Brasil. Assim que o Brasil tornou-se a nova sede da corte portuguesa, já estava em guerra contra os povos indígenas do Leste, os Índios Botocudos (ALVES & ALVES, 2008: 3). Este ato de guerra demonstra o impacto inicial da chegada da corte portuguesa na vida dos povos indígenas do Brasil, e pode ser considerada um indício de como a questão indígena seria abordada pelo governo Imperial.

⁸ O trabalho de Jurandir Malerba trata com clareza e profundidade sobre o processo que culminou na transposição da Corte Portuguesa para o Brasil, que naquele momento era uma de suas colônias mais prosperas. Malerba proporciona ao leitor compreender a complexa conjuntura que levou a corte para o Brasil e os impactos para recém sede da Coroa Portuguesa. Ver em: MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio. Civilização e Poder no Brasil às vésperas da Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

No período imperial intensificou o processo de interiorização ou expansão para dentro⁹ “em direção às províncias, às roças e também aos “sertões”, este vasto sertão isolava os núcleos de povoamento. E eis que nestes sertões prevalecia a barbárie, e esta maneira de entender alcançava muitos, e tornavam frágeis as fronteiras e os limites com os países da América Espanhola. Os sertões ameaçavam a integridade do território, justo este que fora compreendido como elemento essencial para a manutenção do Estado Imperial. “O território do império não constitui somente a sua mais valiosa propriedade, sua integridade e invisibilidade não constituíam só um direito fundamental, mas um dogma político (MATTOS, 2014:34).

Segundo o historiador Ilmar Mattos, a interiorização do território brasileiro no período imperial foi uma expansão:

[...] que mobilizava saberes e sabedorias, vivências e experiências de políticos, empregados públicos, bacharéis, médicos, professores, magistrados, engenheiros, literatos, redatores de jornais e muitos outros. Essa expansão unia através de práticas políticas e administrativas, os governos geral, provinciais, e municipais, facilitando a reprodução de hierarquias, diferenças e desigualdades no interior da sociedade política e civil. Essa expansão requisitava conhecimentos que fossem produzidos e discutidos no interior de instituições como a Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional, O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, o Imperial Colégio de Pedro Segundo, as faculdades de Direito e de Medicina, a Escola Central, a Escola Militar de Engenharia e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, dentre outras instituições (MATTOS, 2014: 35).

Os sertões foram considerados espaços “vazios”, mas não no sentido de depopulados, a ideia de esvaziamento estava associada à ausência de civilização. Os sertões eram regiões que a civilidade não havia chegado mas que devia ser ocupada pela civilidade. Como salienta a antropóloga Izabel Missagia de Mattos os sertões compreendidos como territórios “vazios” podem ser considerados espaços de subalternidade, lugares não habitáveis que ficaram do lado de “fora” da modernidade. E, segundo os estudos da subalternidade¹⁰ os viventes desses espaços dos sertões foram classificados como bárbaros, onde a humanidade estava atrelada a bestialidade (MISSAGIA DE MATTOS, 2016: 5).

Em meio ao “vazio” dos sertões estavam diversas nações índias, nações que não tinham lugar no projeto imperial e que estavam no meio do caminho da “expansão para dentro” do território brasileiro, os índios não “civilizados” se tornaram entraves para a expansão da civilização brasileira. No Brasil o processo de civilização dos índios não deu-se por meio do combate e “eliminação física do bárbaro” (MISSAGIA DE MATTOS, 2016: 7). No caso brasileiro segundo Missagia de Mattos:

Em contraste com a “campanha civilizadora” que representou a conquista do deserto por meio da eliminação física dos “bárbaros”, no caso do Brasil Oitocentista - fortemente marcado pela economia escravocrata - procurou-se administrar os indígenas combatidos de forma a conservar seu potencial enquanto mão-de-obra para repor a dos escravos africanos. No Brasil, especialmente nos aldeamentos instaurados pelos militares após o Decreto de Guerra Justa em 18085, estratégias de extermínio de aldeias foram combinadas com a de captura de mulheres e crianças para povoamento dos sertões por meio da mestiçagem, como ilustra o aldeamento fundado em 1823 em Barra do Cuieté, margem direita do rio Doce, pelo Diretor de Índios da Província de Minas, o coronel Guido Marlière, que integrava apenas mulheres e crianças, principalmente meninas, consideradas por seus administradores como mais “aptas” à civilização. Seja por meio do combate às “rebeldias” - como eram consideradas as lutas indígenas por autonomia -, ou do povoamento “mestiço”, a “civilização” daqueles sertões seria sempre realizada com a desterritorialização e reterritorialização de seus habitantes originários (MISSAGIA DE MATTOS, 2016: 7).

⁹ Ilmar Mattos diz ter utilizado essa expressão pela primeira vez em 2004.

¹⁰ Ver , MATTOS, Izabel Missagia de. *Índigenas do deserto do sertão nos contextos de formação de nacionalidades: Américas espanhola e portuguesa, século XIX*. 2016

Em meio aos processos gerados pela Colonização e na expansão para dentro – impulsionada pela organização do Estado Imperial, foi produzido gigantesca documentação sobre os mais diversos aspectos do território brasileiro e suas populações nativas – inventários, mapas, pinturas, dentre muitos outros tipos de materiais que foram produzidos com intuito de catalogar, registrar, inventariar, etc. Em meio as leituras do periódico literários e científicos foi possível identificar uma série de publicações e republicações de textos que discorrem, dissertam e discutem acerca de saberes das mais variadas nações indígenas da América Portuguesa, Espanhola ou Inglesa.

2. PERIÓDICOS COMO VEÍCULOS DE CIRCULAÇÃO: OS SABERES INDÍGENAS EM O PATRIOTA, JORNAL DE COIMBRA, CORREIO BRASILIENSE E O PROPAGADOR DE CIÊNCIAS MÉDICAS.

2.1. A Imprensa como Veículo de Difusão de Saberes.

A atividade impressora no Brasil começou a ser desenvolvida posteriormente em relação a Europa, ou menos em parte das Américas. Supõe-se que no continente Europeu já existiam tipografias desde o século XV, enquanto nas Américas a atividade impressora surge no século seguinte, mesmo que ainda incipiente. Enquanto a imprensa periódica estabeleceu-se no Velho mundo no século XVII e no XVIII, nas Américas Inglesa e Espanhola no século XVIII, no Brasil a imprensa periódica surge de forma sistemática a partir de 1808, com a transposição da corte Portuguesa (MOREL, 2008: 1)

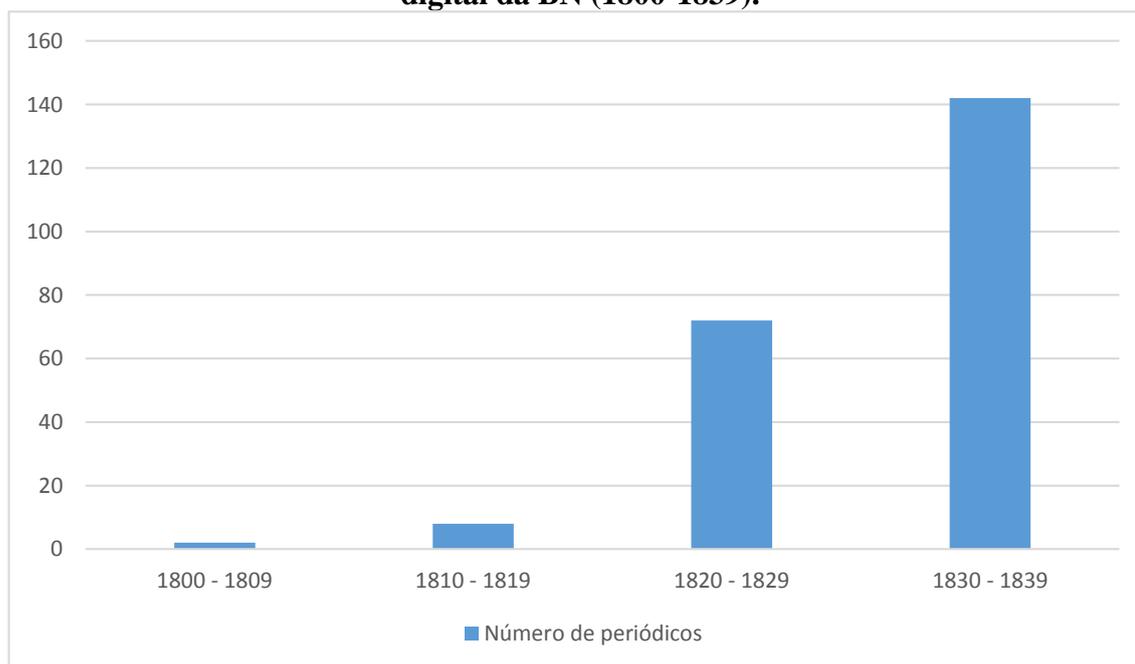
Enquanto na Europa a imprensa desempenhava importante papel na divulgação de informações e influência sobre uma opinião pública ainda incipiente, no Brasil quase tudo ainda estava por ser feito (FERREIRA, 2007: 41). Foi nas primeiras décadas do século XIX, através dos papéis impressos que surge no Brasil a chamada opinião pública. Há quem tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias. Porém, trata-se, antes de tudo, de palavras” (MOREL, 2008: 9).

Para o Historiador Marco Morel, a expressão *Opinião Pública* é polissêmica e polemica, pois conhecer a trajetória dessa noção, cronológica e geograficamente numa determinada sociedade permite analisar a gênese da política pós absolutista, sendo que até os dias atuais os discursos invocam essa opinião para se legitimarem. A opinião pública “era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (MOREL, 2008: 9). Publicar no Brasil no início do século XIX não era um ofício cercado de glória, nem mesmo simples, ao contrário, as dificuldades eram muitas e diversas, e muitos que se lançaram na árdua tarefa de escrever para um punhado de leitores estavam sujeitos a riscos financeiros e políticos, e houve aqueles tiveram seus caminhos interrompidos (FERREIRA, 2007: 45).

O recurso do buscador da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi um instrumento essencial para a elaboração deste trabalho, pois, com seu auxílio foi possível identificar o número de ocorrências dos termos *índio* e *índios* presentes nos periódicos que constituem o acervo digitalizado da BN. À vista disso, viabilizou identificar um panorama geral das produções que foram publicadas nos periódicos que constituem o acervo da BN que abordam temas referentes aos povos indígenas. Sabemos que ao nos valermos deste recurso estávamos possivelmente excluindo textos que falam sobre a cultura de povos indígenas, mas que, por não possuir em seu conteúdo escrito o termo índio as eliminou do conjunto de textos analisados por esta pesquisa. Toda via, devemos elucidar que devido ao grande número de jornais, e estamos tratando apenas do acervo de periódicos da BN, foi necessário fazer escolhas, pois não seria viável a leitura de tantos exemplares, e estas escolhas como todas, negligenciam outros caminhos possíveis.

Através do buscador da hemeroteca identificamos que no ano 1800 à 1809 apenas dois periódicos com ocorrências destes termos a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Brasiliense*. As ocorrências aumentam no período entre 1810 à 1819, no qual foram identificados oito periódicos com ocorrências dos termos. Mas foi a partir do ano de 1820 que os números aumentam vertiginosamente, no período entre 1820 à 1829 setenta e dois periódicos são identificados com ocorrências dos termos, e nos anos de 1830 à 1839 cento e quarenta e dois periódicos. A cada década que se passou, o número de periódicos em que ocorrem os termos aumentava, e também aumentaram o número de publicações sobre os povos indígenas do Brasil ou de outras partes do globo. A partir de um gráfico buscamos ilustrar os dados informados, demonstrando o aumento significativo de periódicos e em correlação com o aumento das ocorrências dos termos índios e índio.

Gráfico que indica a ocorrência dos termos índio e índios em periódicos do acervo digital da BN (1800-1839).



O gráfico corresponde ao número de periódicos nos quais ocorrem os termos índio e índios, não o número de ocorrências dos termos, mas pode-se verificar que os periódicos que possui Em relação a quantidade de vezes que os termos índios ou índio ocorrem em cada periódico, identificou-se o maior número de ocorrências dos termos nos periódicos de cunho literário e científico.

A partir do levantamento que permitiu identificar quais periódicos haviam publicado textos referentes aos povos indígenas, depois de nova triagem, selecionou-se periódicos que apresentaram textos que permitissem a problematização da circulação dos saberes tradicionais indígenas. Portanto, foram selecionadas e analisadas publicações que abordam temáticas que discorrem sobre os saberes e práticas indígenas. A designação do que foi classificado como saber indígena foi orientada pelo corpo teórico que orienta este estudo. Toda pesquisa implica em escolhas, onde elementos são incorporados às análises e outros excluídos.

Os jornais selecionados em meio ao *corpus* documental são: *Jornal de Coimbra*, *O Patriota*, *Correio Brasiliense* e *O Propagador de Sciencias médicas*. Nestes periódicos foram publicados textos que discorrem sobre saberes indígenas. Esses saberes compõem textos basicamente de dois gêneros: relatos e cartas de expedicionários – militares ou religiosos – e memórias científicas. Os primeiros, dissertam sobre as nações indígenas descrevendo hábitos alimentares, vestimentas, ritos, festejos, curas, técnicas, etc. As memórias científicas descrevem, comparam métodos e técnicas desenvolvidas e utilizados pelos indígenas para a realização de diversas atividades, como o esgotamento de um rio, ou mesmo um complexo procedimento cirúrgico – mais adiante aprofundar-se-á estas questões.

As memórias foram os textos científicos do século XIX, apesar de chamados de memórias científicas, conforme o historiador Alex G. Varela pontua, devemos ter cuidado no entendimento deste termo. Pois, memória nesse contexto não tratava-se do sinônimo de memória que diz respeito a um “processo ou faculdade psicológica historicamente construída”, eram textos que buscavam construir um espaço de memória dentro de um campo de saber (VARELA, 2013). As memórias científicas abordavam primordialmente assuntos técnicos das mais variadas áreas do conhecimento como medicina, física, hidrografia, etc.

Para compreendermos as dinâmicas entre a ciência e saberes indígenas partimos das ideias propostas pelo historiador Kapil Raj, atualmente professor na *École des Hautes Études*

em *Sciences Sociales*, Raj propõe que através da categoria de “pensamento circulatório” desenvolvida por diversos estudiosos asiáticos da ciência, podemos entender que os caminhos da ciência ocorreram pelo encontro e pela interação entre comunidades heterogêneas de especialistas de diversas origens, em um tipo de co-produção. Segundo o historiador da ciência Kapil Raj, a perspectiva circulatória possibilita-nos enxergar estes percursos: Através desta perspectiva torna-se possível “contar uma história que não pretende destacar as origens não ocidentais da ciência moderna, mas oferecer uma história global fundamentada, que liga os processos em grande escala com as observações refinadas da vida cotidiana, ecoando o método etnográfico global ...” (RAJ, 2015: 173). O método micro-histórico e detalhado em sua narrativa as escaldas constantemente mudam, lugares e territórios, arriscando-se em espaços com fronteiras incertas ou em movimento, criando ou usando redes. Seus atores não são nem “locais”, nem “regionais”, nem “globais”. Eles cruzam formações disciplinares territoriais “clássicas”, aproveitando possibilidades e restrições, constroem espaços adaptados à sua própria atividade, cultivam soluções de continuidade e funcionam através de redes (RAJ, 2015: 173).

A ausência de autores indígenas nas fontes selecionadas consiste em outro elemento de relevância a ser evidenciado, pois em textos que tanto discorrem acerca do cotidiano de nações indígenas não encontra-se autores índios. Trata-se da apreensão da “realidade” de diferentes nações indígenas pelos olhos de indivíduos de outra cultura, essa realidade é enxergada, interpretada e registrada após passar pelo “filtro” cultural do observador.

O historiador Manoel Luiz Salgado Guimarães, conceituado estudioso da historiografia brasileira, elucida o panorama social no qual foi criado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo Salgado Guimarães, no Brasil o lugar privilegiado da produção historiográfica permaneceu marcado durante várias décadas do XIX por profundas marcas elitistas, herança próxima de uma tradição iluminista. Seguindo as orientações de Michel de Certeau, Salgado Guimarães salienta que o lugar de onde o discurso historiográfico foi produzido atuou decisivamente na construção da historiografia das visões e interpretações propostas nas discussões da questão nacional. Desse modo, em meio ao processo de consolidação do Estado Nacional um projeto para pensar a história brasileira de maneira sistematizada foi viabilizada. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 apontando a direção à concretude deste projeto que estava diretamente relacionado com a proposta ideológica em voga. Após a implementação do Estado Nacional foi imposta a tarefa de delinear o perfil para a “Nação brasileira”, que fosse capaz de garantir sua própria identidade nacional, a partir dos instrumentos balizadores que regiam a vida social do século XIX. No entanto, como criar uma identidade nacional em uma sociedade tão heterogênea? De acordo com Salgado Guimarães “a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas, para as quais já alertava José Bonifácio em 1813” (SALGADO GUIMARÃES, 1988: 5-6).

“... Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo. Como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político.”¹¹

Desta forma, pensar o Brasil a partir de premissas próprias de uma história comprometida com o desvendamento do processo da gênese da Nação, foi tarefa entregue aos letrados do IHGB. O projeto nacional proposto pela historiografia brasileira do IHGB buscou esboçar a fisionomia da Nação brasileira reforçando via a produção de uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras (SALGADO GUIMARÃES, 1988: 5-6).

¹¹ Citação feita por Salgado Guimarães, retirado de, DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808- 1853). In: MaTA, Carlos Guilherme (org.) 1822 Dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 174.

De acordo com a historiadora Kaori Kodama, o IHGB esteve envolvido ativamente na formação de certos discursos “sobre o índio brasileiro que ressignificariam as experiências do passado colonial, representando-o, em seu limite, como elemento de destaque da nacionalidade” (KODAMA, 2011: 28), buscando construir uma etnografia dos indos do Brasil como parte da identidade nacional. À vista disso, compreendemos que os relatos deixados por expedicionários e viajantes contribuíram para construir etnografias da “sciencia” indígena. No entanto, nosso objetivo neste momento é compreender a dinâmica entre esses relatos e a construção de uma ciência brasílica a partir das publicações da imprensa, o que demonstrava o esforço em divulgar as ciências para uma opinião pública em formação.

2.2 Jornais Literários e Científicos: A Divulgação de Saberes Indígenas.

Os periódicos de cunho científico e literário no mundo luso brasileiro ao final do dezanove e início do oitocentos eram muito escassos e efêmeros, contudo, ainda sim estabeleceram-se como as principais vias para a propagação e circulação de novas ideias, além de possibilitarem a formação e o fortalecimento da opinião pública e espaços de consagração para os homens de letras (NEVES, 2009:55).

Vale salientar que no século XIX o termo jornal não designava-se apenas para nomear periódicos que circulavam difundindo notícias – haviam diversos instrumentos que tinham a finalidade de difundir notícias, como as gazetas, folhetos folhetins e etc., – os jornais possuíam caráter erudito e analítico de questões relacionadas com a agricultura, o comércio, história natural, economia política, e as vezes um pouco de poesia, enquanto as gazetas cumpriam com o papel de divulgar notícias (SILVA, 2009: 16).

O *Jornal de Coimbra* teve seu primeiro número publicado em 1812 em Portugal tendo sua impressão realizada na tipografia do Arco do Cego, logo tornou-se um importante veículo de difusão de ciências e artes pelo Reino Português, cruzando o Atlântico. No *Jornal de Coimbra* no ano de 1817, ao afirmarem que era “bem mais fácil mostrar, ou antes, bem provado pela experiência, que de todas as obras literárias, as periódicas eram de certo as mais uteis e aquelas que mais contribuíam para o progresso das ciências” os literatos chamam a atenção do público leitor que para o desenvolvimento das artes e da literatura em um país os periódicos são instrumentos fundamentais (NEVES, 2009: 55).

Os redatores de jornais como o de Coimbra, apresentavam a preocupação de proporcionar ao público leitor discussões que eles acreditavam ser importantes para o desenvolvimento do reino, normalmente faziam reflexões sobre a importância do jornal e do seu próprio papel como redator na introdução do primeiro número, assim como o *Jornal de Coimbra e O Patriota*¹².

Na introdução do primeiro número do *Jornal de Coimbra*, o redator realiza uma breve apresentação dos principais objetivos do periódico, salientando que Observações, Memórias, *Extratos*, Notícias, dentre outros tipos de matérias essenciais ou acessíveis da Arte de curar – como educação, assim como a física ou a moral – Agricultura – Economia pública, e doméstica, além de notícias políticas e militares publicadas em periódicos de Portugal mensalmente integrariam as publicações do jornal. Além de inaugurar o primeiro número do periódico

¹² Na introdução do primeiro número de ambos periódicos, os redatores escrevem para seus leitores elucidando os objetivos do periódico, ressaltando a importância do ofício daqueles que estavam envolvidos na difusão das artes, letras e ciências pelo reino lusitano, além desses elementos dentre outras observações foram compartilhadas pelos redatores. Ver mais em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700177&PagFis=1&Pesq=> & <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819352&pesq=>

elucidando seus principais objetos e objetivos, o redator apresenta a ordem dos assuntos que serão publicados (Jornal de Coimbra, 1812: I).

1º Relação das obras Estrangeiras, de que tivermos notícia, sobre Medicina e suas conexas; e outra das publicadas em Portugal, e seus Domínios, qualquer que seja o seu objeto – 2º. Anúncios científicos, que encontrarmos em quaisquer Periódicos; ou que autenticamente se nos comunicarem – 3º. Observações, Memórias, Extratos, etc. sobre os referidos ramos da Ciências; e que os Redatores rogam, e esperam de todas as Províncias de Portugal, do Ultramar, e mesmo de Portugueses viajantes em Reinos Estranhos. – 4º Semelhante Publicações feitas pelos Retactores que escolherão para extractar, e analisar as Obras novas publicadas em Portugal, e seus Dominios, e as Estrangeiras mais interessantes. – 5º Extracto dos acontecimentos políticos, e militares publicados nos periódicos de Portugal, no mez a que pertencer cada Numero (Jornal de Coimbra, 1812, 1ª Ed: I).

Foi preocupação dos organizadores do periódico elencar quais assuntos seriam abordados e a ordem em que seriam publicados. Ainda nas primeiras páginas da primeira edição do periódico, em nota de rodapé, o autor – o qual não se identifica – faz uma apresentação do cenário, no qual Portugal, segundo ele, encontrava-se num desenvolvimento entusiasta que se tornava até mesmo difícil de se explicar (Jornal de Coimbra, 1812, 1ª Edição: 2).

As circunstancias que chamavam a atenção devido aos esforços, sacrifícios, tudo aquilo que se empreendia em nome da ciência, a qual era objeto de admiração de outras nações do mundo. Pois, talvez nunca antes havia-se lido, ou mesmo se escrito mais do que naquele período. Portugal estava num estado perfeito de segurança, e as energias e entusiasmos deveriam ser redirecionados, os exércitos deveriam ficar regulados e mesmo reduzidos. Os portugueses cuidariam das obras de comodidade, outra forma de glória, as ciências, as artes, a agricultura, e o comércio não poderiam deixar de prosperar. Apelava-se pelo respeito em prol de todas as publicações sobre todos os ramos dos conhecimentos humanos (Jornal de Coimbra, 1ª edição, 1812, p:12). Agora eram momentos de paz, a corte do reino português estava em segurança nos trópicos, o Império havia de continuar a prosperar e um dos caminhos elucidados por aqueles homens que ocupavam aquele “espaço de consagração”¹³ era a Ciência.

O periódico *O Propagador de Ciências Médicas*, publicado no ano de 1827, por J. F. Sigaud, doutor em medicina foi um periódico de curta duração, sendo publicado até o ano seguinte. Na introdução, o discurso do redator assemelha-se com o mesmo tom dos redatores dos *Jornal de Coimbra*, *Correio Brasiliense* e *O Patriota*, ele se dirige aos leitores dizendo, “guiado pelo desejo de ser útil, e pela necessidade de adquirir novas luzes e de as difundir” (O Propagador de Ciências Médicas, 1827: 04). No entanto neste caso, o autor se refere ao Império do Brasil, não fala em Reino lusitano como os redatores do *Jornal de Coimbra* na introdução do primeiro número no ano de 1812. A conjuntura política era outra, o Brasil já se tronara independente de Portugal, e o médico e redator realiza um convite a possíveis colaboradores, “convido as pessoas da Arte, que se acham animadas dos mesmos sentimentos, a concorrer por meio de seus trabalhos a fundação de um jornal de medicina, cirurgia e farmácia no Império do Brasil” (Ibidem).

Neste jornal foi encontrada apenas uma publicação referente aos saberes indígenas, publicação está, referente à uma técnica cirúrgica realizada por índios (não nativos do Brasil),

¹³ Ver mais em NEVES, Lúcia Maria Bastos das. Dos “avisos” de jornais às resenhas como espaço de consagração (1808 – 1836). In: NEVES, L. M. B. das. (Org.) Livros e impressos do setecentos e oitocentos. Rio de Janeiro: Uerj, 2009. 31-55.

já há incontáveis anos antes da medicina moderna. Esta publicação intitulada “*Rynoplastia ou arte de formar um nariz artificial de carne viva, pelo professor Lisfranc*”, o autor que não se identifica, realiza extensa discussão sobre várias “*memórias*” médicas que tratam sobre esta técnica cirúrgica contrastando-as com o trabalho desenvolvido por Lisfranc. Contextualizando historicamente, o autor narra a chegada desta técnica desenvolvida por índios¹⁴ na Europa: “Tialiacort imortalizou-se na Europa por ter praticado esta operação, e um século antes dele já Branca tinha obtido resultados, cuja felicidade não pode pôr-se em dúvida” (O Propagador de Ciências Médicas, 1828, 4ª Edição: 29-30).

Outro aspecto importante destacado na memória, fora o impacto que está cirurgia resultara na vida do paciente submetido a ela. Um paciente do dr. Lisfranc, D’Eval que numa campanha na Rússia, devido ao intenso frio perdeu “não só as cartilagens, e os ossos próprios dos nariz, mas até parte do apophyses montantes dos ossos maxilares superiores”. A desfiguração acarretou à d’Eval, não apenas problemas de saúde mas também em seu convívio social. “O seu aspecto era tão desforme, tão horrendo, que ninguém queria viver, nem mesmo trabalhar com ele, o que o obrigava a mendigar” (O Propagador de Ciências Médicas, 1827: 36).

Ao longo da memória, nota-se que a circulação de ideias foi imprescindível para o desenvolvimento desta técnica cirúrgica, e que os saberes que acarretaram no melhoramento desta técnica vieram de várias partes do mundo e de diferentes povos.

O *Correio Braziliense* foi outro jornal literário e científico no qual encontra-se publicações que tratam dos saberes indígenas, foi editado e publicado em Londres por Hipólito da Costa. A publicação deste periódico realizada em Londres por um homem nascido no Brasil, que estudou em Coimbra, sinaliza o fluxo de ideias além mar e nos oferece uma amostra do perfil dos homens envolvidos com o empreendimento das letras¹⁵.

O *Patriota: Jornal Literário Político e Mercantil*, mais um periódico literário e científico de ressonância no Reino Luso utilizado, especialmente no Brasil. Foi criado em 1813 sendo impresso nos prelos da imprensa régia, e Manuel Ferreira de Araújo assinava como seu redator e fundador. Certamente jornal teve como inspiração o periódico *Jornal de Coimbra*, (BESSONE), pois em estrutura e estilo *O Patriota* compartilha muitas semelhanças com seu “irmão mais velho”.

O *Jornal O Patriota* foi um empreendimento, que além da figura do redator, outras centenas de pessoas estavam envolvidas neste trabalho, espalhadas por todo o Brasil, considerando-se não apenas os colaboradores, mas também subscritores e leitores, que certamente compunham a maioria desses dois grupos, escritores e subscritores. Quanto ao papel do redator, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, além de escrever, atuava como uma espécie de catalisador desses diversos indivíduos e agrupamentos que escreviam para o periódico (MOREL, 2007: 23). Para Morel, a partir das listas de assinantes e colaboradores, recurso importante para compreender o universo formado pelos sujeitos envolvidos na fundação e circulação deste periódico representa mais que um encontro de letrados. Este grupo demonstrava a alianças consolidadas que permitiriam a aproximação de integrantes de uma elite cultural com agentes das elites dirigentes e dominantes. Esses homens de letras buscavam serem

¹⁴ Esta memória científica sobre a *rynoplastia* não apresenta com clareza os grupos indígenas que desenvolveram esta técnica cirúrgica. Realiza uma vaga citação do grupo Kodama, mas não mencionam o local de origem desse grupo.

¹⁵ A historiadora Ângela Alonso realizou um trabalho intitulado *Ideias em movimento: a geração de 1870*, no qual examina a trajetória da formação do homens de letras da elite imperial brasileira. Identificando que os filhos da elite imperial compartilhavam da mesma formação, eram enviados para Coimbra, para tornarem médicos e advogados.

integrados a outros grupos de poder que não Interligavam necessariamente o campo cultural (MOREL, 2007: 32).

Nessa perspectiva, o periódico surgiu como uma ação que visava a adequação e concretização de um campo público cultural moderno que funcionava como instrumento de articulação social, embasado numa trama de contatos políticos e intelectual, ou seja, no contexto dos ensaios de formação de uma República de Letras no mundo luso-brasileiro, com ênfase na América, a então sede da monarquia Lusitana (MOREL, 2007: 32).

O surgimento do *O Patriota* foi possibilitado por um contexto onde o fidalgo D. Rodrigo de Souza Coutinho era figura central, Conde de Linhares “afilhado de batismo e herdeiro político de Pombal e seu “despotismo ilustrado” (MOREL, 2007: 33). Ou seja, o surgimento de um veículo de difusão de conhecimento científico só foi possível a partir de uma rede de sujeitos com interesses no desenvolvimento das ciências, sujeitos estes, numa perspectiva bourdiana, dotados de capitais simbólicos que permitiram constituir redes que alicerçaram suas ações no campo científico (BOURDIEU: 1989).

Tudo que foi escrito no *O Patriota* traz em seu teor forte engajamento de estudiosos preocupados em ensinar, traçar caminhos, possibilidades, que proporcionassem o sucesso do estabelecimento das publicações no Brasil, cujo o desenvolvimento desta cultura ainda era novo, e mesmo com todas as dificuldades impostas pelo contexto no qual foi fundado manteve-se em circulação por dois anos (FERREIRA, 2007: 41).

Para a historiadora Lorelay Kury, *O Patriota* foi o jornal de maior teor científico daquela época, tendo sido idealizado para dedicar-se as ciências e as artes (KURY). Tal aspecto estaria relacionado a modernização do aparato burocrático que compreendia as ciências como imprescindível para aprimorar o aparato administrativo do estado, e esta perspectiva está ligada a figura de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, o qual foi mecenas da geração de letrados que fundaram o jornal, e ele esteve vinculado ao movimento ilustrado europeu (CAROLINO, 2014: 193).

Trabalhos que discutem o aspecto da atuação ilustrada do fidalgo, como o de M. B. Nizza da Silva e J. L. Cardoso, “chamaram a atenção para a importância de princípios iluministas como aplicação de saberes científicos e técnicos tiveram no contexto do [seu] pensamento e a ação” (CAROLINO, 2014: 192), implicando numa reestrutura do aparato administrativo do Reino Português. Podemos constatar que ideias ilustradas estiveram presentes nas ações do Fidalgo, pois, estavam presentes na política de D. Rodrigo instruções para os governadores das capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, para explorarem os recursos naturais de maneira mais eficiente, e o seu patrocínio às expedições objetivando melhor conhecimento das potencialidades dos recursos das capitanias (CAROLINO, 2014: 192). Havia a preocupação em aprimorar as atividades econômicas a partir da racionalização de ações administrativas, em outros termos, através do conhecimento científico e técnico implementou-se medidas que proporcionassem maior aproveitamento dos recursos naturais das colônias portuguesas.

Dom Rodrigo foi um dos pontos de intersecção desta grande rede, pois o fidalgo foi mecenas de vários indivíduos que estavam envolvidos no empreendimento do *O Patriota*. Ou seja, podemos dizer que o periódico foi possível devido a atuação ilustrada do fidalgo. O periódico pode ser identificado como outro ponto de intersecção, pois o fidalgo proporcionou a esses homens muitos mais que a publicação de um jornal, foi um espaço que permitiu o encontro de ideias compartilhados pelo grupo que estava sobre a proteção de D. Rodrigo.

José Bonifácio outro homem de letras que ganhou destaque em seu meio, o qual ficou conhecido como o patriarca da independência também esteve sobre a égide de D. Rodrigo, por intermédio do Fidalgo, Bonifácio teve financiamento para realizar uma viagem pela Europa com fins de levar para Portugal o que havia de mais recente na produção científica, especialmente sobre mineração, além de coletar amostras dos mais variados tipos de minério.

Manuel Ferreira A. Guimarães, o redator do periódico também integrou o mecenato do fidalgo D. Rodrigo, tornou-se professor na Real Academia fundada no Brasil por decreto deliberado por D. Rodrigo (CAROLINO, 2014).

Os periódicos, como *O Patriota*, contém amostras dos trabalhos desses atores sociais que dedicaram-se as ciências e as letras, trabalhos que resultaram de experimentos, de longas viagens. Memórias científicas que indicam quais eram as preocupações daqueles indivíduos, quais eram as doenças que assolavam as cidades e quais foram as soluções que eles encontraram naquele contexto histórico. Os saberes tradicionais indígenas foram necessários para solucionarem inúmeras adversidades cotidianas.

Adentrar nesse universo representa investigar a formação e estabelecimento de uma campo social que no Brasil ainda era emergente. Compreender a formação de uma ciência híbrida, que seguiu os moldes europeus, mas seria impossível sem os saberes locais e indígenas foram fundamentais para a constituição das ciências no Brasil, vai além de demonstrar ou discutir sobre sua importância, trata-se de evidenciar, de agir contra correntes que compreendem a ciência um lugar conceitual que não tem espaço para o que não foi e não é produzido pelas sociedades ocidentais modernas dentro de um modelo padrão eurocêntrico determinante sobre o que é ou não é ciência.

Como já tratado anteriormente, sobre o cenário de efervescentes transformações no Brasil do século XIX, salientamos aqui os aspectos das mudanças no cenário ideológico de uma elite colonial local que vislumbrou na transposição da corte uma oportunidade de ascensão social. Os periódicos se tornaram importantes investimentos da elite letrada, pois além da difusão de suas ideias, o movimento periodista era utilizado também como meio de comunicação de grupos coesos politicamente.

Segundo o historiador Marco Morel, o jornal *O Patriota* serviu como instrumento de articulação política e ideológica do grupo de letrados que compunham o mecenato de D. Rodrigo¹⁶. Nota-se que nos demais periódicos que compõem a amostragem deste estudo, colaboradores do *O Patriota* também escreveram para outros periódicos do período. Manuel Ferreira de Araújo é exemplo dessa mobilidade dos literatos, além de fundador e redator de *O Patriota* atuou e colaborou na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e também fundou *O Espelho*. O número de letrados naquele período era extremamente reduzido, fato que contribuía para que atuassem em mais de um periódico simultaneamente. Não devemos lançar nosso olhar para os periódicos do século XIX a partir da perspectiva contemporânea, que convive com uma imprensa completamente distinta.

Vale salientar que, quando afirmamos que existia uma conjuntura intelectual que interessava-se em publicar saberes indígenas, tal perspectiva pode corroborar com a ideia de uma cultura intelectual e administrativa que se preocupava na valorização dos saberes das populações nativas. Porém, não podemos deixar nos levar pelo aspecto romântico da questão, o constante uso dos saberes indígenas não implicava na valorização dos indivíduos índios.

Quando afirmamos que havia interesse de uma elite letrada por saberes dos povos índios do Brasil, entende-se que; “o interesse deriva de uma expressão verbal impessoal que significa “faz uma diferença”. O interesse em algo é a diferença que esse algo faz para alguém”. Shalins afirma que está é uma etimologia feliz, em seu significado e que sua definição está atrelada paralelamente com a definição saussuriana do valor conceitual do signo. O qual determina-se “como conceito por sua relação diferencial com outros signos no esquema simbólico coletivo”. De outro modo, o Signo representa um interesse diferencial para variados sujeitos, de acordo com seu lugar nos esquemas de vida específicos de cada um. “Interesse” e sentindo são dois lados da mesma moeda, o signo; signo este relacionado respectivamente com pessoas e com

¹⁶ Para saber mais sobre o grupo que foi responsável pela publicação de *O Patriota*, ver em MOREL, 2007.

outros signos” (SHALINS: 2008:127 - 128). De fato o significado da terminologia é feliz, pois os saberes nativos fizeram diferença para o colonizador, e mesmo para aqueles que nunca coloram os pés nos territórios coloniais, Américas, África ou Ásia. Fez diferença na alimentação, na medicina, na vestimenta, nos hábitos, fez diferença para inúmeros povos além mar.

Vale lembrar que o sujeito histórico implementa “o valor convencional do signo, o qual adquire um valor intencional, e o sentido conceitual, uma referência acionável.” Entre tanto, ressalta-se que “as pessoas vivem tanto no mundo por meio de signos, ou melhor: elas vivem no mundo por meio de signos, e na ação elas indexam o sentido conceitual por referência aos objetos percebidos de sua existência” (SHALINS, 2008:128). É válido parafrasear o exemplo que Salins utiliza para ilustrar seu raciocínio:

O que estou tentando dizer de uma maneira por demais extravagante foi colocado de modo mais simples por um índio ao relatar as suas experiências com o governo canadense em Ottawa: “um índio comum nunca pode ver o ‘governo’. Mandam-no de uma repartição a outra, ele é apresentado a um e a outro, cada um dos quais às vezes reivindica ser o ‘patrão’. Mas o índio nunca vê o governo real, que se mantém escondido (SHALINS: 2008:129- 130).

As elites perceberam a potencialidade dos saberes índios, e utilizaram-no em prol de seus interesses. As memórias científicas que são baseadas nos saberes tradicionais indígenas são o resultado de um processo de resignificação, estes textos foram escritos por observadores não índios, os quais possuíam seus próprios códigos de crenças e valores. Essas memórias são resultado do encontro de culturas intelectuais distintas, pois a imparcialidade do observador em relação a sua própria história é inalcançável.

Os apontamentos da antropóloga Cristina Pompa em seu trabalho *Religião como tradução: missionários, Tupis e Tapuia no Brasil colonial*, mostra como os desenhos e relatos dos missionários e viajantes que impactaram o pensamento ocidental não surgiram simplesmente das realidades dos indígenas, “as observações dos cronistas não surgem da realidade indígena, mas, ajudada pela peculiaridade das culturas nativas, contam algo sobre seu próprio sistema de crenças e valores” (POMPA, 2003: 35). Os viajantes enxergavam e codificavam os códigos da cultura indígena a partir dos códigos de sua própria cultura. Havia a necessidade de definir o Novo Mundo, contudo essa definição partia do mundo conhecido pelos colonizadores/viajantes, em outras palavras, a definição da América foi construída em relação à Europa. Em paralelo ao desejo de definir o Novo Mundo, havia uma ânsia de explicar as grande variedade de seres vivos, evolução dentre outras diferenças, como as formas organizacionais sociais dos povos ameríndios (XIMENES, 2011: 6). Ou seja, as instituições sociais e a capacidade de progresso das populações ameríndias foram avaliadas mediante o crivo cultural do colonizar, ou seja, o seu mundo.

Numa perspectiva semelhante a de Pompa, Posey chama a atenção para como “a maioria dos estudos etnobiológicos tende a levantar o conhecimento nativo somente em relação ao que é previamente conhecido pela ciência. Assim, investigamos categorias de uso de plantas, comportamentos animais, relações ecológicas, tipos de solos e paisagens que estejam abordados em nosso próprio sistema de conhecimento” (POSEY, 1996).

O trecho a seguir, extraído de um dos números do jornal *O Patriota*, é uma passagem da memória intitulada: *Noções sobre a cultura, e fabrico do Anil, e Analize desta matéria colorante, do Pastel*, com o subtítulo *Processo dos Índios*, neste texto são descritos os meios pelos quais os índios realizavam a extração do anil:

Os índios secam a planta ao sol, batem-na, depois separam as folhas, e mentem-nas em jarras bem tampadas, expõe-nas de novo ao sol, reduzem-nas a pó, e guardam-na. Este depois é lançado em vasos com água, e ao cabo de 3 horas o liquido deve aparecer verde na superfície, e o pó cor de cobre. Mechem tudo, filtram, e deixam depor, ajuntam a com a da primeira jarra, jogam nova

água, mechem durante duas horas, coam de novo, e repetem isto três vezes, deitam depois o sedimento fora; e por espaço de três dias batem duas horas de noite, e duas horas de dia, o extrato contido em jarras (BARROS, 1813, vol. I: 29).

O autor da memória acima, não deixa claro em seu texto se seu conhecimento sobre o método em questão foi adquirido via contato direto com os índios ou se acessou via registros de outrem. Mas a questão que nos importa neste momento, é que o observador que acessou este conhecimento, em meio a uma constelação de circunstâncias, ele selecionou e transcreveu como os índios faziam tinta. Ou seja, a partir de seu referencial cultural, o observador selecionou e decidiu o que era importante para ser registrado e divulgado para outros.

O avanço do conhecimento técnico, segundo Lorelay Kury, estava diretamente atrelado a uma ideia de desenvolvimento local e, a ilustração iluminista tinha um caráter intervencionista na realidade, não se restringindo apenas à filosofia (KURY, 2011: 216). Levando em consideração este aspecto, devemos pensar que, em meio às técnicas que se pretendiam ensinar ao público leitor, estavam inseridos os saberes tradicionais indígenas. Os membros da República das Letras que viviam nos trópicos¹⁷, tinham como objetivo construir uma ciência inspirada nos moldes europeus, no entanto não ignoravam a importância de agregar elementos nativos da terra, visando a produção de uma ciência brasileira sobre si, e para si.

Na citação a seguir, extraída do periódico o *Correio Brasiliense*, a qual fala sobre um índio americano surdo, que havia produzido um herbário, no qual classificava e indicava os usos medicinais de cada planta;

Nós conhecemos na América Septentrional, em New Jersey, um índio mudo e que não sabia ler nem escrever. Este homem era o curandeiro de sua tribo, e tinha um extraordinário estudo de botânica, e dizem, que tinha aprendido de sua mãe, o conhecimento das virtudes de muitas plantas; e o mais notável é que, havendo feito uma espécie de herbário, ou coleção de plantas secas, as tinha classificado, em prateleiras, na sua cabana, segundo a configuração das raízes, e daí segundo os usos à que as destinava; como vomitórios, purgas, antídotos para mordeduras de cobras, &c. (*Correio Brasiliense, Literatura & Sciencia*, edição 17, 1816: 188).

Este trecho foi extraído de uma memória científica que realiza uma discussão árdua e longa no âmbito filosófico que buscava conceituar a ideia de ciência, percebe-se a preocupação em definir que saberes eram científicos ou não. Ao utilizarem um autor (que não é nomeado ao longo do texto), que defendia a ideia de que a ciência parte do princípio de observação e empiria, segundo ele então o índio estava fazendo ciência, portanto, o índio mudo de New Jersey seria um sábio, aquele que detinha os saberes necessários para fazer ciência. Portanto, como reconhecer que um índio estava produzindo ciência? Ao longo da problematização o autor utiliza um argumento que exclui o índio de pertencer ao universo das ciências, a incapacidade de registrar e divulgar suas produções devido a surdez e mudez. O índio não poderia reproduzir e perpetuar o trabalho que realizava, não tinha condições de ser um sábio, não poderia fazer ciência, pois não enquadrava-se nos protocolos metodológicos da ciência. No entanto, há outra questão implícita na não compreensão do índio como um homem de ciências, a questão racial,

¹⁷ Não podemos esquecer que a maioria dos homens da chamada geração de 90, termo cunhado por Kent Maxwell, viveram e tiveram sua formação na Europa. Foram indivíduos que estiveram em constante trânsito além mar, como o caso de José Bonifácio, Para saber mais, ver em: VARELA, Alex Gonçalves. Livros, leituras, impressos, bibliotecas e coleções na trajetória do naturalista e homem público José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1838). In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz. RIBEIRO, Gladys Sabina. GONÇALVES, Monique de Siqueira. *O Oitocentos entre livros, livreiros, Impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013.

para aqueles homens era inviável conceber um índio oriundo de um povo selvagem possa praticar ciência, possa ser compreendido como um semelhante.

Os saberes tradicionais indígenas que estão presentes nesses periódicos das mais diversas especialidades, desde herbários que se tornam objeto de discussões filosóficas, como o caso citado anterior, como registros de viagens que relatam a necessidade da presença dos indígenas para o rastreamento de minas de ouro.

Estes índios e aquela povoação será hum fácil meio para se acharem as sabidas minas do Jamary e do Ribeirão, que pela convexidade, que o Rio Madeira ali faz, não podem distar da cachoeira do Salto mais de 20 até 30 léguas, e talvez outras mais, que indicação em toda a sua extensão as serras dos Parecis; [...] (O Patriota, 1814, 2ª edição, página: 9)

[...] Os Índios lhe mostrarão e deram folhetas de ouro, se eles ignoram o seu uso, o seu préstimo, a sua utilidade? A preguiça neles é habitual, e para a extração deste metal não só se necessita de trabalho, indústria e arte, mas ainda de instrumentos, de que nunca tiveram o menor conhecimento. (O Patriota, 1814, 2ª edição, página: 29)

Os fragmentos acima extraídos de *O Patriota* demonstram que os conhecimentos dos índios sobre a região facilitavam a exploração das terras em busca de minas, pois eles conheciam com exatidão a região na qual habitavam. Muitos daqueles que se lançaram nas viagens de exploração do território em busca de ouro encontraram no contato pacífico com determinadas etnias indígenas, a solução mais viável para localizar com facilidade as minas, e inclusive manter-se vivos na floresta.

Nas expedições realizadas ao longo do XIX, numa expansão para dentro, outro elemento tornava essencial a presença indígena, a língua. O conhecimento das línguas nativas permitia o contato amigável com grupos indígenas que iam sendo encontrados ao longo das viagens. Os índios que acompanhavam as expedições exerciam o papel de intérprete e também o de mediadores, além do adventício da língua que lhes permitia conversação entre os grupos, a presença de índios nas expedições as tornavam menos ameaçadoras para os grupos indígenas que habitavam as localidades cruzadas pelas expedições, desde que os indígenas que integrassem as expedições não fossem de etnias rivais.

Na vivência entre os locais e os forasteiros emerge a figura do mediador, “cuja posição quase sempre limiars, vivendo entre mundos, favorecem o diálogo entre universos aparentemente incompatíveis, elaborando mediações e ressignificações muitas vezes insólitas. Os mediadores permitem articulações e permeabilizações das fronteiras, inclusive étnicas” (MISSAGIA DE MATTOS, 2015:97).

O fragmento a seguir foi retirado de uma narrativa sobre uma expedição realizada no ano de 1780, a partir desta pode-se compreender como as expedições eram compostas e como a presença de membros índios era essencial para a segurança do grupo.

O Pedestre, José Luiz, que tinha por vezes guerreado com esta nação, e que era intrepido, foi eleito para commandar esta expedição, e tendo recebido instruções para seu governo, partio da Aldêa de S.José com cincoenta companheiros, hum indio, que tinnha creado, de Nação Cayapó, Feliciano José Luiz, e dous cazaes de Indios, que estavam na mesma aldêa, em 15 de fevereiro de 1780. Chegarão ao rio Claro, e se entranharão tres meses da marcha pelo Sertão, sustentados de mel, e de caça, como os primeiros aventureiros, e encontrando alguns Indios, por meio da lingoa os affagou, e lhes deo os presentes, que levava, persuadindo-os a virem ver o Capitão Grande, que os enviava. E de facto vierão hum Indio idoso, seis homens de guerra com suas mulheres, e filhos, que chegrão por todos ao numero de trinta e seis, e entrarão na

Villa a 21 de Setembro de 1780. (O Patriota, 1813, Edição 4, página: 66)

Como podemos ver no trecho acima extraído do jornal O Patriota, no qual narra-se a trajetória de uma expedição realizada por Feliciano José Luiz em 15 de fevereiro de 1780 partindo da Aldêa de S.José, seu grupo contava com a presença de 5 índios para seguir a expedição. Percebe-se, no trecho extraído da fonte, que os índios além de guias agiam também como mediadores entre os membros da expedição e indígenas de outras etnias que foram encontradas ao longo da viagem. O conhecimento das línguas indígenas era de extrema importância para evitar-se confrontos entre viajantes e indígenas, confrontos estes que colocariam a vida dos viajantes em perigo.

2.3. A Arte de Conhecer as Virtudes das Plantas.

Vimos até aqui alguns usos e aplicações dos saberes índios que foram publicados nos periódicos supracitados. Durante toda a colonização os índios mantiveram estreito contato com aqueles que foram chegando no Brasil, mesmo com a escravidão, as perseguições e guerras, o contato entre os diferentes povos resultou numa intensa troca de saberes entre índios e não índios.

Certamente quando se fala em manejo de plantas para fins medicinais, até nos dias atuais esse conhecimento é remetido às populações tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e tantas outras. O uso de plantas para usos medicinais é secular entre as culturas indígenas, plantas nativas com propriedades medicinais salvaram muitas vidas de índios e não índios. O conhecimento sobre o manejo de plantas medicinais foram de grande utilidade para os colonizadores, os quais chegaram num ambiente desconhecido e cheio de “perigos” (doenças originárias dos trópicos, animais peçonhentos, etc.) a vida na floresta empunha inúmeros desafios, e os nativos que a milênios nelas habitavam tornaram-se primordiais na fixação dos colonizadores europeus.

Desde os primeiros relatos do processo de colonização fica evidente que os europeus observaram a enorme biodiversidade que a natureza do Brasil oferecia aos povos indígenas e ainda oferece, de onde os nativos retiravam e ainda retiram as mais variadas espécies de plantas medicinais. Durante séculos os nativos observando atentamente a natureza, “conseguiram catalogar, especialmente por meio de seus pajés, as ervas que formaram sua grande farmacopeia” (RICARTE, 2013: 186). Segundo Juciene Ricarte as ervas medicinais aliadas aos rituais formavam a “sabedoria da floresta”, e os pajés, principais detentores dessa sabedoria, eram figuras respeitadas pelos seus parentes, pois eram considerados os guardiões das receitas mágicas e dos feitiços que eram utilizados em prol de seus grupos étnicos (RICARTE, 2013: 186).

A incorporação do vegetais nativos das américas no usos cotidiano dos colonizadores é comprovado pelos incontáveis documentos que abarrotam os arquivos portugueses e brasileiros. Em meio a essa apropriação utilitária das plantas passadas pelos indígenas por suas diversas propriedades e usos, medicinal, madeira, como alimento, cordaria, entrecasca de arvores, resinas, cipós, fibras, tinturas, entre outros, nota-se diferentes saberes em diálogos, harmônicos ou conflitantes, expressados nos documentos (RICARTE, 2013: 187).

As trocas de saberes entre os colonizadores e os povos originários das Américas foram essenciais para os europeus dominarem o ecossistema americano o historiador, o historiador Kapil Raj afirma que “os inventários da flora local foi crucial para as nações europeias envolvidas em crescentes redes de comércio por todo o mundo durante os séculos XVII e XVIII.” Portanto, para os colonizadores “dominar o conhecimento de plantas e de seus usos era importante não só para a introdução de novos produtos nos mercados europeus mas também para manter a saúde de milhares de marinheiros e comerciantes que se encontravam nos climas

hostis dos trópicos.” Uma produção vasta, como enciclopédias de plantas asiáticas foram escritas por portugueses, os holandeses, os ingleses e os franceses. As histórias que foram narradas até hoje sobre essa produção de conhecimento, naturalmente, e “invariavelmente, envolvem povos nativos que são descritos como "informantes", respondendo a perguntas determinadas por investigadores europeus designados como "coletores" ou "viajantes". Essa informação é transformada em conhecimento certificado na metrópole e pode então ser disseminada *urbi et orbi*” (RAJ, 2015:171).

O novo mundo impunha para os viajantes inúmeros desafios os quais puderam ser superados graças às alianças realizadas com populações nativas, essas alianças garantiram ao colonizador proteção de grupos “indígenas inimigos”, possibilitaram a exploração do território, pois os índios conheciam as florestas, pois nelas nasceram e viviam. Os índios conheciam os perigos impostos pelas matas fechadas das florestas, sabiam utilizar o que ela lhes ofereciam, plantas que alimentam, curam e envenenam.

A historiadora Lorelay Kury no livro Usos e circulação de Plantas no Brasil, séculos XVI-XIV, salienta que a colonização portuguesa já na primeira metade do século XVI havia colocado em contato culturas diversas espalhadas pelos quatro continentes. A autora analisou o contato das diferentes culturas a partir do registro de cultivo, uso, comercialização de algumas plantas que circulavam pelo império, mas também atravessaram as fronteiras terrestres e além mar. Pois, analisando a circulação das plantas alcança-se a circulação de saberes, pois “com as plantas viajavam saberes, costumes e práticas culturais” (KURY, 2013: 32).

As plantas viajavam pelos mais diversos continentes, e diversas espécies foram introduzidas e aclimatadas no bioma brasileiro. Com o cultivo de plantas para o comércio europeu os colonos portugueses trouxeram consigo hábitos alimentares e cultivavam para sua alimentação legumes, verduras, frutas não apenas vindos da Europa, mas também de outros continentes. Assim como a aclimação de plantas vindas de outros continentes foram cultivadas na América, nativos americanos como o tabaco e o cacau chegaram ao mercado de luxo europeu nos séculos XVI e XVII. Essas plantas consumidas pelas populações indígenas passaram a integrar os hábitos do velho mundo. Os índios da América portuguesa utilizavam o tabaco em seus cachimbos como plantas medicinais. Não demorou para o tabaco tornar-se um importante produto de exportação para a África, onde era trocado por escravos, seu uso foi disseminado e integrado aos hábitos de europeus, africanos e asiáticos (KURY, 2013: 34).

A partir dos apontamentos de Lorelay Kury, podemos compreender o papel das plantas na circulação dos saberes indígenas além das fronteiras americanas. Pois junto de das mudas e sementes os usos, práticas de cultivos, modos de usar e preparar também viajavam e eram transmitidos juntamente com as plantas. Vemos em um dos periódicos analisados, *O Patriota* verbetes de plantas que foram classificadas de acordo com seus usos e propriedades segundo os usos dos índios. Segue a baixo trechos extraídos da quarta edição do jornal, na citação a seguir foram escolhidas as plantas cujo o autor do referido verbete atribuiu aos índios o conhecimento reproduzido:

Cabaço amargoso. Os índios usam de suas folhas aplicadas exteriormente sobre o ventre e cadeiras das mulheres para provocar o parto e expulsar as secundinas. O fruto é muito acre, e irritante corrosivo, e o aplicam em cozimento, de que formão clisteres, como purgante, nas obstruções e cores pálidas.

Camaratinga. Dizem os índios que o suco das folhas bebido com açúcar branco aproveita para romper as vômicas, ou apostemas internas.

Cataia ou erva do bicho. É a persicaria. A sua qualidade é ser acre, estimulante, e apariante: usam dela em cozimento os Índios como diurética, nas supressões de urinas: é contra as podridões gangrenosas, e tem outras virtudes.

Guayambé. Arbusto, cujas folhas os índios empregão em cozimento para dores reumáticas (O Patriota, Rio de Janeiro 1813, edição 4, página: 7 - 9).

Como mencionado, *O Patriota* especificamente, tinha um caráter iluminista, o qual, buscava divulgar um saber útil e prático, e ao longo de suas publicações encontramos memórias

que os saberes indígenas incluíam-se na categoria de saberes úteis para o público leitor, o conhecimento sobre plantas medicinais foram considerados úteis e de importância para serem publicados pelos redatores. Os saberes tradicionais foram acionados nas mais diversas circunstâncias, foram fundamentais para o estabelecimento dos viajantes que se aventuravam pelos sertões ainda não desbravados pelos colonizadores.

A citação a seguir trata da capacidade de observação dos índios e como essas capacidades se tornaram um paradoxo para os não índios.

Rio de Janeiro 6 de novembro de 1811 – Para convencer o gênero humano da utilidade da Vacina, seria a propósito mostrar ao nossos leitores, que alguns Povos grosseiros e incultos a conhecem, e apreciam; sem que para isso tenham sido ensinados por pessoas de profissão. Isto que parece um paradoxo, acha-se provado por factos em a celebre obra de Mr. Humboldt, intitulada: Ensaio Político sobreo Reino da ova Espanha. (Jornal de Coimbra, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1811, edição 1, página: 84)

Por meio desta citação é possível acessar uma das perspectivas interpretativas dos saberes tradicionais dos letrados. A descrição dos povos como grosseiros e incultos categorizam os seus saberes num estrato inferior da produção das letras daqueles que fazem destas profissão e passaram pelo crivo da formação acadêmica. No entanto, esses povos conseguiram desenvolver maneiras de prevenção e cura de determinadas doenças, conjuntura que para o autor deste texto apresenta-se como um paradoxo. Pois como povos incultos desenvolveram tamanha percepção de observação e desenvolveram uma cura para a doença?

A seguir podemos acompanhar o desfecho da citação anterior para ilustrar a conclusão deste tópico.

Eis aqui como o autor explica. “Descobria-se acidentalmente no decurso da mesma epidemia (as bexigas) que o benéfico efeito da Vacina era conhecido, há muito, pelos Camponeses das Andas do Peru. Hum escravo negro tinha sido inoculado para bexigas na casa do Márquez de Valleumbrozo, e não mostrou sintomas da moléstia, ía-se-lhe a repetir a inoculação, quando o rapaz disse: que estava certo de nunca ter bexigas, porque ordenhando as vacas nas cordilheiras das Andas ele tinha tido uma espécie de erupções cutâneas, causadas, como dizia os vaqueiros índios, pelo contato de certos tubérculos, que algumas vezes se acham nas tetas das vacas. Aos que que tem tido erupção; disse o negro, nunca se lhes apegam as bexigas. Os Africanos, e especialmente os índios, desenvolvem grande sagacidade em observar o caráter, hábitos, e moléstias dos animais com quem vivem. Por tanto, não nos devemos admirar, que introduzindo-se na América o gado vacum, a gente do vulgo, observasse, que as pústulas nas tetas das vacas comunicavam os vaqueiros uma espécie de bexigas benignas, e que os que uma vez tinham sido infectados por elas, estão livres do contágio geral no tempo, em que a moléstia é epidêmica. (Jornal de Coimbra, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1811, edição 1, página: 84)

O texto citado possui dois momentos, no primeiro o trecho transcrito remete a fala do autor que escreve a memória para o jornal, o qual não é identificado e nem a matéria recebe um título, no segundo o trecho citado é de autoria do Sr. Humboldt, o qual trata de uma vacina para a prevenção de uma enfermidade que causava erupções cutâneas. Em sua narrativa Humboldt faz referência a capacidade de observação dos índios sobre as moléstias que atacavam os animais que faziam parte de seu convívio cotidiano. E que, tal prática foi fundamental para o desenvolvimento de métodos para combaterem estas doenças que além de atingirem os animais, também atingiam humanos.

O autor da matéria afirma que é necessário expor ao público leitor tal assunto, devido a importância da vacina no tratamento preventivo da doença, e que mesmo os povos incultos fazem uso e aprovam a medicação. Assim como nessa fonte, contradições em relação a capacidade intelectual dos povos indígenas aparecem em outras narrativas que, ao mesmo tempo que enaltecem os saberes tradicionais indígenas, acabam no prosseguir do texto depreciando de algum modo os povos indígenas, como no caso dessa matéria do Jornal de Coimbra, na qual no mesmo momento em que chamam os povos não “civilizados” de incultos

e grosseiros cita um trabalho que demonstra a importância dos saberes tradicionais para o combate de uma doença que causava grande preocupação entre as populações das regiões que eram atingidas.

3. PELOS OLHOS, OUVIDOS, BOCA E PENA DO “OUTRO”, A RESSIGNIFICAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES ÍNDIOS.

3.1. O Grand Tour e as Viagens Científicas.

Neste capítulo vamos nos dedicar a compreensão do papel dos viajantes no processo de cooptação, transcrição e circulação dos saberes indígenas que identificamos em publicações dos periódicos de caráter científico apresentados anteriormente, *O Patriota*, *O Jornal de Coimbra* e o *Correio Brasiliense*. Antes de nos determos na figura de um viajante específico, propomos uma apresentação rápida sobre o contexto que possibilita a existência do viajante, ou seja, as viagens.

Antes de nos determos aos relatos resultantes de quatro expedições que dom Caetano Brandão participou, é necessário entendermos como eram e se davam essas expedições, cujo modelo se tornou muito frequente nas colônias imperiais. As viagens são importantes elementos na história das ciências, podemos dizer que a ciência como a conhecemos hoje resultou de um complexo conjunto de elementos e um desses são as expedições filosóficas e as viagens científicas. Mas antes desses modelos de viagens se instaurar nos séculos XVIII e XIX, já havia um modelo de viagens constituído que teve seu início nos séculos XVI, estamos nos referindo ao *Grand Tour* ou *viagens de autoconhecimento*.

O *Grand Tour* foi o primeiro modelo de viagens realizadas por prazer originando-se no seio da nobreza inglesa, mas não tardou a alcançar os chamados de baixa nobreza e posteriormente os membros de uma burguesia incipiente que emergia a partir da revolução industrial inglesa. Foram os filhos dessas elites os contemplados com essas viagens, afinal, essas viagens eram custosas, portanto, só uma parcela restrita das sociedades europeias teriam condições de arcar com todos os custos. Os principais destinos desses jovens eram a capital parisiense, Paris a cidade luz, e as cidades italianas Veneza, Florença e Roma (SALGUEIRO:2002)¹⁸.

O *Grand Tour* tornou-se, praticamente essencial para os filhos das elites aristocráticas, gerando assim um modelo de viagem a ser seguido. O *Grand-tourist* deveria munir-se de intensa leitura de livros antes e durante a viagem para preparar-se para sua Odisseia particular garantindo o seu sucesso. Seu roteiro deveria ser traçado e definido utilizando-se ao máximo as informações fornecidas pelos livros de viagens (ABDALLA, 2012:21). Vale lembrar que viajar nos séculos XVI e XVII não era uma tarefa fácil, ao contrário, impunha vários riscos e dificuldades ao viajante. Normalmente as rotas escolhidas eram as terrestres levando os viajantes a atravessar os Alpes. As rotas marinhas eram frequentemente descartadas pelas dificuldades em atravessar o mar Mediterrâneo devido aos seus fortes ventos, que poderiam atrasar as viagens dos barcos a vela em até um dia (SALGUEIRO, 2002).

As obras que narravam viagens eram produtos muito consumidos pelo público letrado na Europa, detalhavam descrições feitas por viajantes anteriores que já haviam estado nos destinos mais frequentes. Além de informações sobre os lugares mais importantes, algumas dessas obras possuíam descrições minuciosas e recomendações dos objetos a serem observados. O viajante era instruído a observar e reconhecer na paisagem do seu destino preciosidades e elementos descritos nos livros escritos por viajantes predecessores. Os viajantes também eram estimulados a registrar sua própria percepção e observações a respeito dos lugares visitados permitindo colocar em paralelo sua própria experiência com a dos autores prévios (ABDALLA, 2012:21).

As viagens científicas apresentavam um *modus operandi* em comum com *Grand Tour*, os viajantes das expedições científicas assim como o *grand-tourist*, deveria preparar-se previamente lendo e estudando as informações predecessoras, executar a viagem chegando ao

¹⁸ Para saber mais sobre esse modelo de viagens que se tornou crescente na Europa iluminista, o *Grand Tour*, ver mais em SALGUEIRO, V. *Grand-Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, no. 44, 2001. P. 289-310.

destino e fazer suas próprias observações, enquanto confronta as produções realizadas anteriormente, seja para confirmá-las ou então corrigi-las. Posteriormente deveria escrever um relato detalhado de tudo o que foi observado durante a viagem, então trabalhá-lo formalmente, para finalmente publicá-lo. Aqueles que se lançavam nas viagens científicas tinham de cumprir uma série de requisitos muito semelhantes aos viajantes do *Grand Tour*, deveriam descrever rigorosa e objetivamente, presando pela imparcialidade tudo o que era observado e registrado (ABDALLA, 2012:21).

As viagens são elementos importantes neste processo de construção de uma história do saber dos povos indígenas no Brasil imperial, pois, “os naturalista ocupavam uma posição preeminente, com sua preocupação em descrever e na medida do possível sistematizar os objetos encontrados na natureza – plantas, animais e minerais (SCHWARTZMAN, 2001:34).

As viagens científicas que no Brasil, tiveram seu auge no século XIX são exemplos práticos da configuração de redes que possibilitavam a realização do ofício científico. A abertura dos portos às nações amigas em 1808 e o casamento de D. Pedro I com Leopoldina d’Áustria foram fatos decisivos para aumentar o fluxo de estrangeiros – dentre eles inúmeros naturalistas, que atracavam nos portos do país (ANTUNES: 5). Os naturalistas do século XIX foram os cientistas deste período, e estes ficaram conhecidos especialmente pelas viagens que realizavam à lugares longínquos. Os relatos de viajantes ganharam grande repercussão na Europa, e a figura do viajante por muito tempo foi romantizada, o qual era tido como um herói que se lançava à lugares longínquos e desconhecidos em busca de espécimes ainda não catalogadas e que não conhecidas pelos europeus. Por muito tempo na história da Ciência foram realizados estudos sobre as expedições ou sobre seus líderes, no entanto não consideraram ou pouco fora tratado sobre a rede de colaboradores envolvidos na realização das expedições (ANTUNES, 2015).

Atualmente temos uma crescente produção que vem desconstruindo essa figura heroica do naturalista. Estas bibliografias evidenciam que o naturalista sozinho, não teria condições de realizar sua expedição. Pois a ciência moderna do século XIX, assim como a contemporânea é um exercício cooperativo. Não se faz ciência sozinho. Afinal, o naturalista não se arriscaria a entrar num território desconhecido no qual estava sujeito a uma infinidade de riscos, ele necessitava da colaboração dos viventes locais, os quais pudessem colaborar com a orientação geográfica do espaço, dentre outras circunstâncias em que fosse necessário o domínio do conhecimento local.

A participação de locais nas expedições também fora importante na localização de determinados espécimes de animais ou plantas. Antes mesmo de necessitar do habitantes locais, o naturalista muitas vezes não possuía recursos próprios para financiar a expedição, necessitando de um financiador, o que na maioria das vezes eram os governos dos países de origem dos naturalistas. O caminho, ou melhor dizendo, as pessoas com os quais os naturalista tinham de estabelecer relações para conseguirem as condições propícias para executarem suas expedições eram inúmeras (ANTUNES, 2015).

A partir desta perspectiva, a qual enxerga uma grande rede por trás do naturalista, Antunes através do estudo de caso da expedição Thayer, a qual percorreu o Brasil entre 1865 e 1866, e foi liderada pelo suíço Louis Agaiz, tem como objetivo trazer a luz a atuação da rede de auxiliares que possibilitaram a realização da expedição. Num primeiro momento Antunes, buscou observar “em que momentos e situações estes auxiliares cooperavam com os viajantes estrangeiros e de que forma contribuíram para o desenvolvimento da ciência praticada em campo pelos viajantes.” Analisou também como as particularidades das relações entre os viajantes e seus diversos auxiliares – o autor lembra que quando trata-se dos auxiliares, foi quando houve a possibilidade, a qual é proporcionada quando identificando – sempre que possível – quem foram e qual foi o seu envolvimento com a expedição estrangeira.

Analisaremos, também, em que medida seu auxílio foi ou não reconhecido pelos viajantes, por meio da análise de registros textuais e/ou iconográficos (ANTUNES, 2015).

O trabalho de Antunes permite-nos visualizar a complexa rede que sustentava a ciência do século XIX. Como já tratado anteriormente, inúmeros viajantes realizaram expedições pelo interior do Brasil em busca de catalogar, registrar, coletar espécimes. De maneira geral, levantar o maior número de informações possíveis sobre a fauna e flora brasileira, além de montar coleções compostas por espécimes de plantas, animais ou mesmo objetos das populações nativas.

As viagens de exploração que ocorreram no Brasil ao longo do XIX foram significativas não apenas pelo grande número de excursões, mas também pela amplitude que produziram nas ciências. As expedições inseriram-se num contexto em que se exaltou a natureza fazendo-a objeto da ciência e ao mesmo tempo ideológico, e a natureza também tornou-se símbolo da nação, e as viagens com fins científicos inseriam-se na conjuntura política de conquista de território (DOMINGUES, 2001: 55). Vale salientar que também fazia parte deste contexto as reformas na administração imperial, que adquire um viés marcadamente iluminista que compreendia a ciência como importante ferramenta no projeto de expansão do império Português.

A primeira expedição científica realizada no Brasil que foi classificada como tal, é datada de 1859 e foi nomeada como *A Comissão Científica de Exploração (1859- 1861)*, idealizada no âmbito do IHGB e patrocinada pelo governo imperial, a expedição percorreu regiões do nordeste brasileiro, principalmente o Ceará (KURY, 2001: 29). Os membros que compunham a expedição eram Francisco Freire Alemão da Seção de Botânica, e na Presidência da comissão científica; Guilherme Schuch Capanema, da Seção de Mineralógica e Geológica; Manoel Ferreira Lagos, da Seção Zoológica; Giacomo Raja Gabaglia, da Seção Astronômica e Geográfica, e Antônio Gonçalves Dias, da Seção Etnográfica, também relator oficial da viagem (KODAMA, 2009: 283).

A expedição, no entanto não resultou os frutos esperados, recebeu apelidos jocosos como “Expedição Borboleta” e “Expedição defloradora”, fazendo menção a incursões sexuais dos membros da comissão pelos sertões (Kury, 2009: 29). A comissão enfrentou inúmeros problemas, como extravios de relatórios, um possível naufrágio de uma canoa com os relatórios e materiais recolhidos ao longo da viagem, o atrito entre seus membros como Capanema e Gonçalves Dias, a expedição não correspondeu as altas expectativas pois no fim da viagem os integrantes da comissão não tinham nenhum material concreto que tenham apresentado (KURY, 200: 30-31).

Para uma viagem ser considerada uma expedição científica, esta deveria ser constituída de atividades capazes de produzir objetos para a ciência. Implicando na “execução de uma série de procedimentos que permitiam o reconhecimento daquela atividade como científica: estabelecer o que é digno de estudo, selecionar, coletar, transportar, classificar, expor, divulgar, utilizar” (KURY, 2001: 31). Para os países da Europa que estavam na direção das ciências, os resultados produzidos por viagens só seriam reconhecidos como válidos quando estas seguissem os procedimentos que os homens de ciências destas potências científicas haviam estabelecido como produtos científicos (KURY, 2001: 32).

Vale salientar ainda que no século XIX as principais instituições científicas passaram exigir cada vez mais precisão dos naturalistas, obrigando-os a um processo de especialização da vez maior. Para um botânico não era mais o suficiente saber montar um herbário, ele tinha de saber dissecar uma planta para descobrir detalhes morfológicos, para os naturalistas estudiosos da zoologia também não foi diferente, eles precisavam naquele momento ter a habilidade de um cirurgião. Neste contexto, paulatinamente aqueles que não conseguiram enquadrar-se as exigências das instituições foram sendo realocados na periferia do

desenvolvimento das ciências, permitindo que os naturalistas especializados assumissem a cena principal do meio científico (KURY, 2001: 33).

Antes da CCE, outros grupos já haviam viajado pelo interior do Brasil com interesses científicos, mas como salienta Kury, a CCE caracterizou-se por seu caráter globalizante e sua dimensão inusitada. Para a realização da comissão diversos instrumentos dos mais modernos e cerca de 2000 volumes de livros foram adquiridos pelos membros da comissão, tal despesa fora financiada pelo IHBG, pois o imperador tinha interesse na realização dessa expedição (KURY, 2001: 34), essa comissão fora pensada e planejada como científica.

No fim do setecentos e primeiras décadas do oitocentos no Brasil, já haviam sido realizadas um grande número de expedições que foram encomendadas pelos mais diversos segmentos da administração do reino. Essas viagens não foram classificadas como científicas, no entanto resultaram numa vasta produção sobre a fauna, flora, geografia e populações nativas.

Ainda no setecentos, a partir do ministério de Pombal uma série de medidas foram implementadas com o intuito de inventariar os recursos naturais da principal colônia do reino Português, de forma mais pragmática afim de torna-la mais produtiva para a coroa e para o próprios colonos. Através dos saberes dos naturalistas formados na Universidade de Coimbra reformada, juntamente com a divulgação de textos impressos sobre temas julgados pelos administradores monárquicos como relevantes, esperava-se fazer dissolver-se a ignorância cotidiana dos colonos (SILVA, 2014: 47).

Em razão da ausência de ensino universitário na colônia, havia como consequência uma semelhança na formação dos naturais da América portuguesa com os nascidos na metrópole ou ultramar, a questão é que a atuação dessa elite intelectual deu-se de maneiras diferentes de acordo com o território no qual atuavam. Apesar das instruções advindas do governo metropolitano serem as mesmas e originassem de “governantes com uma mesma do que seriam medidas ilustradas, sua aplicabilidade no terreno e o retorno que delas se obtinha variavam de região para região” (SILVA, 2014: 47-48).

Sobre as investigações realizadas no império do ultramar, a historiadora Kaori Kodama observa que foram orientados pela égide da história natural, e com a fundação da Academia das Ciências de Lisboa ganhou ainda mais impulso. A partir desta diretriz, o Brasil ganhou destaque dado pela metrópole, desvelando os contornos e suas singularidades que possuía sua natureza, buscando reforçar as relações entre a América Lusa e Portugal. Ainda a partir das observações de Kodama, acrescenta-se que em meio à “crescente consciência de localidade identificam-se dois fatores interconexos ligados as práticas de conhecimento que foram desenvolvidas pelos viajantes naturalistas” (KODAMA, 2009: 47). O primeiro pode ser atribuído ao impulso da localidade ter surgido devido a um novo tipo de especialização dos naturalistas, a qual os “separava em cientistas de gabinetes e viajantes, e que a forte necessidade de realizar a descrição da paisagem local a partir da observação pode ser relacionado com o desenvolvimento das técnicas de investigação *in loco*”. E o segundo ponto relaciona-se a um novo olhar das transformações que o campo das ciências naturais estavam sofrendo em função da “emergência de uma compreensão global dos seres da natureza e localidade” (KODAMA, 2009: 47).

A produção de relatórios, inventários, catálogos e tantas outras formas de registros sobre os mais diversos elementos das florestas brasileiras e dos povos indígenas foram produzidos por diversos grupos e em distintos contextos. Missionários, naturalistas, militares, com objetivos distintos mas registrando em cadernos tudo aquilo o que eles julgaram importante de ser registrado em suas expedições pelas mais diversas regiões do Brasil durante os Setecentos e Oitocentos.

Toda essa documentação que fora produzida nessas expedições, proporcionaram para os cientistas a criação de um gigantesco banco de dados sobre a natureza e os povos indígenas do Brasil. Muitos destes registros de viagens “sobreviveram” até os dias atuais através das publicações em livros ou em periódicos realizados por seus contemporâneos. A publicação para

muitos desses relatórios de viagens garantiu a esses documentos “vida longa”, pois dos documentos originais acabaram se perdendo ou estavam guardados em bibliotecas. Outra questão importante na publicação de Como já visto anteriormente o movimento periodista esteve diretamente vinculado com a expansão das ciências no Reino Lusitano e continuou a expandir no período do Império no Brasil

3.2. A Expedição do Bispo Caetano Brandão.

No ano de 1813 foi publicado no *Jornal de Coimbra* ao longo de sua quarta edição os *Diários das Visitas Pastorais*, por D.fr. Caetano da Anunciação Brandão, bispo da Capitania do Pará (1782 - 1790), o qual nasceu na comarca de Estarreja em Portugal no dia 11 de setembro de 1740. Dom Frei Caetano Brandão estudou Teologia na Universidade de Coimbra após as reformas realizadas pelo Marquês de Pombal (1699-1782) e foi religioso da Ordem Terceira da Penitência, ligada aos padres franciscanos. Ainda jovem demonstrou interesse em trabalhar nas missões na colônia portuguesa de Angola, mas foi indicado bispo do Grão-Pará por Dona Maria I (1734-1816) e confirmado por Pio VI (1717-1799), e em 1782 foi enviado para o Brasil e governou a diocese até 1790 e não foi para Angola como condiziam suas ambições iniciais.

Na capitania do Pará enveredou-se por lugares longínquos da província ao longo de quatro visitas pastorais, participou da fundação e instalação do primeiro hospital da Amazônia, o "Hospital do Bom Jesus dos Pobres" e posteriormente da Santa Casa de Misericórdia. Após oito anos à frente do bispado do Pará foi transferido para a Sede Primacial de Braga em Portugal nos anos de 1788, falecendo a 15 de dezembro de 1805 (AMARAL, 1867).

A trajetória de Dom Frei Brandão foi objeto de diversos estudos e em 2005 em homenagem ao bicentenário de sua morte foram organizadas diversas conferências sobre os mais diversos temas inspirados pela trajetória que o prelado bracarense construiu e documentou ao longo de sua vida. As conferências que ocorreram na Universidade do Minho e na Universidade Católica em Braga contextualizaram e trouxeram à luz a novos fatos e questões que contribuíam para o conhecimento da vida e da obra de Dom Frei Brandão (PINTO, 2016: 4).

[...] seu zelo episcopal à benemerência; à criação de escolas de primeiras letras; à fundação de colégios para meninos órfãos e meninas órfãs; à instrução geral à formação profissional; à intervenção social e à participação política; à pedagogia à filosofia; à interferência no desenvolvimento das artes e ofícios, ao exemplo e pastoral evangélica (DIÁRIO DO MINHO, 2005 *apud* PINTO: 4).

A diversidade dos temas das conferências apresentadas nas Universidades do Minho e na Universidade Católica em 2005 demonstra a pluralidade de perspectivas possíveis através do *corpus* documental deixado pelo frei e os quais foram produzidos sobre ele, material documental este rico e vasto especialmente pertinente para o ofício dos pesquisadores das ciências humanas ou mesmo biológicas¹⁹. Pois, como já foi apontando no capítulo anterior,

¹⁹ As conferências foram as seguintes: “A extinção da relação bracarense” pelo prof. Doutor José Viriato Capela (Vice-Reitor da Universidade do Minho) e a “A atualidade de D. Frei Caetano Brandão” pelo prof. Doutor Luís A. de Oliveira Ramos (Director da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica). “D. Frei Caetano Brandão e o seu tempo”, coordenada pelo prof. Doutor José Paulo Leite de Abreu; “As pastorais de D. Frei Caetano Brandão” pelo prof. Doutor Franquelim Neiva Soares (Universidade do Minho); “D. Frei Caetano Brandão em Belém do Pará”, do Padre Ronaldo Menezes (Chanceler da Arquidiocese de Belém do Pará); “A música no tempo de D. Frei Caetano Brandão” pela prof^a Doutora Elisa Lessa (IEC-Universidade do Minho); “Os sombreiros de D. Frei Caetano Brandão” pelo prof. Doutor Aurélio de Oliveira (Faculdade de Letras da Universidade do Porto); “A intervenção sócio-educativa de D. Frei Caetano Brandão, no Pará e em Braga, no contexto do século das luzes” por José Carlos Gonçalves Peixoto (Presidente do Conselho de Administração do Colégio de S. Caetano); “A escola médico cirúrgica de D. Frei Caetano Brandão” pela Dr.^a Maria de Fátima Castro

atualmente vê-se a realização de pesquisas nas ciências biológicas utilizando fontes documentais históricas para coleta de dados, como por exemplo a pesquisa de botânica que utilizou dados de vários viajantes como Von Martius para comprovar a eficácia farmacológica de plantas medicinais catalogadas e classificadas por estes viajantes que estiveram no Brasil no século XIX.²⁰

No jornal de Coimbra foram publicados no correr do ano de 1813 os quatro *Diários Pastorais* escritos pelo frei, cada um correspondendo à uma de suas expedições pela capitânia do Pará.

Em seus *Diários Pastorais* frei Caetano para além da descrição física dos lugares que percorreu, ou mesmo as lamúrias sobre os mais variados problemas enfrentados pela sua expedição, registra sua interação com os índios que habitavam a região por onde percorreu. A princípio podemos pensar que os diários do frei fornecem mais elementos que nos permitiria conhecer mais sobre os povos indígenas que viveram no interior do Pará naquele período, mas os observações de Brandão dizem mais sobre si mesmo, seus próprios códigos e crenças do que sobre os índios (o outro)²¹.

No entanto, ao os diários do frei traz em seu bojo Diante dos trechos dos diários do Frei que foram publicados no *Jornal de Coimbra* podemos um aspecto de seus escritos nos chama a atenção as descrições do seu contato com os índios com quem teve contato ao longo de suas expedições. Ao narrar suas experiências vivencias em comunidades no remoto interior do Pará, o frei Caetano inúmeros elementos dos saberes indígenas apreendidos por um observado não índio, e que devido a sua importância na sociedade portuguesa ganhou importante espaço em um periódico de ressonância do período.

Os redatores do Jornal de Coimbra publicaram todas as cartas que compunham os *Diários das Visitas Pastorais* do frei Brandão, chamou-nos a atenção o fato de um jornal de teor científico e literário demandar tantas páginas para publicá-las, visto que naquele período a produção do material impresso era custosa e trabalhosa. Então, resolvemos averiguar o que de “especial” tinham essas cartas de Brandão que despertou o interesse dos redatores.

As cartas dos *Diários das Visitas Pastorais* resultaram de quatro visitas que o frei realizou pela província do Pará durante o seu bispado, nelas D. F. Brandão registrou suas impressões sobre os aldeamentos, vilas e vilarejos pelos quais passou. Escreveu sobre os colonos, os índios que estabeleceram contato com sua expedição descrevendo suas fisionomias, seus alimentos e como os conseguiam – caça, pesca, cultivo, coleta- suas vestimentas, do que eram feitas, seus instrumentos – varas de pesca, estacas, machados, etc. Minuciosa foi a descrição das moradias, especialmente das capelas que compunham os conjuntos de construções das vilas que visitou. Descreveu também as paisagens naturais que o deixaram deslumbrado, seus caudalosos rios, arvores frondosas, animais diversos que avistou durante suas caminhadas pela mata, ou enquanto navegava em canoas pelos rios (Jornal de Coimbra, 1813).

Suas cartas permitiam aos leitores, especialmente aqueles que nunca haviam pisado em terras brasílicas vislumbrarem, ao menos imaginariamente as formas, cores, animais, plantas, nativos da colônia portuguesa que se encontrava do outro lado do Atlântico. Cartas, livros,

(investigadora do fundo documental da Santa Casa da de Misericórdia de Braga); “Leonardo Caetano de Araújo, benfeitor do Colégio de S. Caetano” pelo Padre António de Sousa Araújo (DIÁRIO DO MINHO, 2005 *apud* PINTO, 2016: 4-5).

²⁰No capítulo 2, no subtítulo estado da arte apresentamos algumas pesquisas realizadas por biólogos, farmacêuticos, botânicos, etc., que fizeram uso de materiais produzidos por viajantes que percorreram inúmeras regiões do Brasil durante o século XIX, os quais produziram vasto banco de dados sobre a fauna, flora, geografia, e das populações nativas.

²¹ Cristina Pompa trabalha com esse conceito em seu livro religião como tradução

desenhos, quadros que registravam as experiências de viajantes nos territórios colônias despertavam forte interesse do viventes do velho mundo, e esses materiais foram fortemente requisitados por um público ávido de histórias fabulosas do Novo Mundo (FRANÇOSO, 2010).

Certamente a riqueza de detalhes contidas nas cartas de Brandão estimularam o interesse dos redatores em publicá-las para um público havido por notícias do Novo Mundo. No ano de 1813 ano das publicações das cartas do frei estava em curso as guerras napoleônicas que enchiam as laudas dos jornais obstinados em manter seu público ciente dos acontecimentos que sacudiam a estabilidade política e econômica na Europa. Após o fim das guerras napoleônicas os redatores tinham de enfrentar a escassez de matérias que pudessem gerar o interesse dos leitores (NIZZA, 2009: 16).

Os quatro diários de Brandão foram publicados em diferentes edições do *Jornal de Coimbra* no ano de 1813. Antecedendo as publicações dos *Diários* os redatores publicaram o prólogo de Brandão e acrescentaram em nota de rodapé que possuíam seis *Reflexões* do escritas pelo frei mas não teriam lugar para imprimir-las antes do quinto volume (*Jornal de Coimbra*, 1813. 4 Ed: 22).

No início do prólogo dos *Diários de Visitas Pastorais* Brandão escreve uma reflexão a respeito de sua relação com aqueles que ficaram para trás quando partiu para assumir o bispado do Grão-Pará. O bispo escreve que: “algumas pessoas muito dignas da nossa íntima confiança e amizade, temendo que a longa distância que ia a separar-nos corporalmente influísse para a frieza e distração dos espíritos, e conseqüentemente altera-se entre eles o comercio de súplicas contraído desde muito cedo” (BRANDÃO, 1813. 4ª Ed: 22). Certamente Brandão preocupava-se com aqueles que haviam ficado em Portugal, e escrever seria uma forma de alcançar aqueles que estavam a longas distancias, e demonstrar lhes que os sacrifícios haviam em prol de uma boa causa.

Mais adiante ele continua a dirigir-se aqueles que ficaram em Portugal:

Pensamos que não podíamos dar as pessoas nossas amigas um testemunho menos equivoco da nossa cordialidade do que mostrando-lhes efetivamente que sua lembrança longe de sofrer algum abalo entre os cuidados anexos ao Ministério Pastoral, com eles se nutria, e mesmo era a que nos confortava no tempo em que nos víamos mais oprimidos deles; qual é sem contestação o tempo das visitas, e visitas de lugares embrenhados no fundo do Sertão da América, onde nunca tinham chegado os influxos da presença do primeiro Pastor; estando por isso muito mais necessitados de cultura (Ibidem, 1813: 22).

O bispo esforça-se para expressar aos seus leitores²² que a grande distância entre ele e os que estavam sobre sua proteção²³ e orientação sacerdotal não teriam suas lembranças afetadas, mesmo ele estando do outro lado do Atlântico entranhado nos sertões da América, eram nessas lembranças que o confortava em momentos opressões em meio ao exercício dos cuidados pastorais do Ministério Pastoral.

O bispo alega que nesses Sertões “nunca tinham chegado os influxos da presença do primeiro Pastor” e deste modo aquela “gente” que habitavam aqueles lugares entranhados estavam “muito mais necessitados de cultura”. Denotando que sua presença naquele momento, seria mais útil aos povos da florestas do que seu prelado em Portugal.

²² Não podemos afirmar que o bispo Brandão ao escrever os Diários almeja sua publicação em periódicos, mas deixou explícito em muitos momentos suas principais intenções ao realizar um conjunto de textos minuciosos a respeito das regiões que visitou, como a de colaborar com a administração do Reino. Mas também deixa evidente quem ele gostaria que lessem seus escritos, em diversos momentos do texto, assim como este em questão ele se dirige à aqueles que faziam parte de seu convívio.

²³ O Bispo Brandão foi responsável pela fundação e administração do Orfanato para meninos e meninas em Braga, os redatores em uma nota de *Jornal de Coimbra* em uma nota de rodapé mencionam o trabalho do bispo no orfanato e outras obras de caridade com o qual era envolvido.

Segundo Paula Montero as atividades missionárias católicas num primeiro movimento define-se como a invenção de um território material e simbólico. Num esboço generalista dedica-se a instaurar no coração da vida selvagem um espaço de civis (2012: 165). Podemos supor através da narrativa de Brandão, sem o receio de equívoco do seu propósito de civilizar os habitantes das aldeias por ele visitadas proporcionando a chegada da civilidade nos sertões mais profundos. Mas a invenção desse espaço simbólico e material não seria possível sem a coparticipação daqueles que escolhem permanecer, por mais ou menos tempo no jogo da apropriação ou ressignificação daquele espaço social particular (2012: 165). Portanto, as aldeias que foram construídas no seio das missões católicas só foram possíveis a partir de um processo de negociação de ambas as partes, missionários e índios. Mesmo que muitas vezes o jogo não pareça ter sido do mais justo com os índios, seria errôneo supor que os mesmos permaneceram nas aldeias missionárias apenas por vias da opressão.

As palavras de Monteiro são acertadas quando ela afirma que o espaço material e simbólico das aldeias missionárias é um interessante laboratório de interações, pois, no interior das missões há um “choque cultural”, segundo Monteiro no sentido expresso por Roy Wagner (1981, p.19) “através das experiências de inadequação e estranhamento que essa vida em comum suscita, os ‘costumes nativos’ vão progressivamente sendo objetivados para o missionário enquanto diferentes (apud Monteiro, 2012, p. 165).

Para Monteiro é certo que os interesses que mantem e movimentam essa interação possuem sentidos diversos. Para o sacerdote trata-se de aprender sua língua e modos de vida, ao compreender os códigos fundamentais da moral e costumes dos indígenas viabilizar-se-ia um acordo entre as diferentes formas conceber os principais elementos da vida social, sexo, vestuário, religião, etc., de forma a facilitar sua inclusão à vida cristã (2012, p. 166). Enquanto para os chefes e xamãs nativos, dominar os códigos e controlar os bens e poderes simbólicos dos missionários garantiria proteção de seus inimigos, além de aumentar seu próprio poder (2012, p.166).

Ainda no prologo o bispo destaca alguns elementos que tornam sua expedição útil para a administração colonial, destacando que este empreendimento não foi mobilizado apenas com o propósito de garantir a conversão das almas selvagens e a manutenção daquelas que já haviam sido convertidas, mas também para assegurar a extensão do Estado até regiões abandonadas dos sertões: “Eis aqui outro motivo que nos fez empreender este trabalho. Não costumam os Capitães Gerais daquele, e talvez dos mais Estados Ultramarinos estender as viagens a todos os lugares pertencentes a sua administração” (Ibidem, 1813. 4ª Ed: 22-23). Devido à grande extensão territorial das capitânias do Estado Português, a administração era comprometida, pois “a excessiva distancia em que alguns deles (capitães gerais) ficam da capital oferece dificuldades assas temerosas que se não podem vencer sem muitos gastos, e ainda sem um animo intrépido e aturada fadiga” (Ibidem, 1813: 23-24).

Brandão afirma que seus diários escritos durante suas expedições contribuiriam na administração do Estado Português sob a Capitania do Pará. Para ele “uma relação imparcial e bem circunstanciada dos lugares, e da sua população, progresso, ou atraso da agricultura,²⁴ negócio das canoas, abusos enormes que se costumam praticar a esse respeito, e de outros muitos objetos apontados nos diários” elucidariam os problemas enfrentados no exercício administrativo a distância, através das informações contidas nos diários os problemas poderiam ser solucionados mais facilmente (Ibidem, 1813: 24).

Os *Diários* do bispo bracaense continham minuciosa descrição das regiões que percorrera em suas expedições e a partir das informações contidas neles a administração

²⁴ Em vários momentos de suas cartas, Brandão pontua a qualidade do solo e quais as culturas que seria adequadas para serem produzidas naquela região, no entanto sempre observa que não o cultivo da agricultura, normalmente pela “preguiça” dos povos que habitam a região.

portuguesa estaria apta para empregar as ferramentas corretas na correção dos erros que vinham sendo cometidos pelos gestores administrativos devido as informações falhas que chegavam até seus superiores. Nas palavras do frei: “D’ aqui vem que iludidos com as falsas informações de pessoas que tem interesse mais que tudo em desfigurar os objetos, acabam muitas vezes o seu Governo sem formar uma justa ideia das verdadeiras necessidades do Estado para te aplicarem o remédio conveniente” (Ibidem, 1813: 24).

No período Pombalino a cartografia esteve ligada fundamentalmente às questões políticas e de diplomacia, objetivando demarcar definitivamente as fronteiras com a América espanhola, mas no século XIX passou-se a uma nova fase do conhecimento cartográfico mais direcionada às riquezas naturais e aos núcleos populacionais. A história natural, a estatística e a economia transformaram-se nas ciências norteadoras, enquanto a geopolítica perdeu consideravelmente sua força. Entrava-se na era das “viagens filosóficas” tão bem definidas e planejadas por Domingos Vandelli (NIZZA, 2014: 48).

Na segunda metade do XVIII e início do XIX as decisões que eram tomadas por aqueles que ocuparam a Secretária dos Estados Ultramarinos foram marcadas pela égide da racionalidade e planejamento em ampla escala substituindo as ações fragmentadas e desconexas do Conselho Ultramarino. Primeiramente havia de conhecer melhor o território brasileiro para mapas confiáveis serem confeccionados em especial os dos territórios dos sertões (NIZZA, 2014: 48).

A partir do apontamentos de Nizza verificamos que as ações do bispo estavam circunscritas nas malhas das estruturas macros. A mudança de paradigma da compreensão do aparato administrativo No prólogo, Brandão enfatiza a ideia que sua expedição estava relacionada não apenas a funções sacerdotais, mas também esperava criar um banco de dados que orientasse a administração política da região. Os *Diários Pastorais* não foram escritos de maneira ingênua, foram pensados e orientados por objetivos eclesiais e políticos. A princípio não foram identificados indícios que sugerem que o Estado Português tenha colaborado de alguma maneira – financeira ou qualquer outro tipo de colaboração– com a realização da expedição dirigida por Brandão pela capitania do Grão-Pará. Há uma nota de rodapé em que os redatores do *Jornal de Coimbra* questionam as origens do dinheiro que financiavam as obras de caridade de Brandão, especialmente as relacionadas ao mosteiro São Caetano. No entanto não foi identificado nenhum trecho nos diários que elucidem a origem do financiamento desta expedição em questão.

Para Brandão outro elemento importante na escrita de seus diários, tendo “a fortuna de chegar às mãos de algum dos Governadores” seria útil e vantajoso aquele Estado, “atraíndo-lhe sábias providencias, que estanquem, ou pelo menos diminuam em alguma parte a soma de tantos males, de que são vítimas infelicíssimas principalmente os pobres índios” (BRANDÃO, 1813, 4ª Ed:24).

Adiante em sua narrativa, Brandão afirma ter encontrado na Corte, um fidalgo nomeado para General da capitania do Pará, o qual se propôs a ler os seus diários, e estava convicto que a partir deles este fidalgo “tirará bastantes estímulos para arrancar alguns abusos, e promover vantagens consideráveis no tempo de seu governo”, como providenciar “panos e ferramentas, e outras providências que o gentio do sertão do Rio Negro alcançou da Soberana”, para Brandão estas ações do Estado seriam com o “desígnio de facilitar a conversão daqueles bárbaros” (Ibidem, 1813: 24).

Brandão afirma que por ser o “encarregado do Governo espiritual de uma diocese tão vasta no seu terreno como a do Pará” encontrou nos “compêndios de notícias, adquiridas por nós mesmos pessoalmente, um grande recurso para o feliz êxito da nossa administração: tendo assim diante dos olhos um mapa das coisas mais notáveis do Bispado, por onde nos regulássemos com o possível acerto no exercício das funções pastorais” (Ibidem, 1813: 25).

Na continuidade de seu prologo, Brandão realiza mais algumas observações aos leitores sobre o processo de escrita de seu diários, alega que: “de uma coisa podemos assegurar aos leitores [...] e é que não devem ter receio que deliberadamente faltássemos à verdade, pois sempre nos esmeramos em referir os fatos com ingenuidade e candura, segundo a impressão que eles faziam no nosso espírito”, no entanto, “muitas vezes, pode ser, teremos sofrido engano nestas relações, mas não receamos que se diga, e mesmo, que se prove que em alguma delas fosse o nosso intento enganar.” O autor busca esclarecer ao leitor suas intenções e o seu compromisso com a verdade, mas entende que possíveis divergências interpretativas são possíveis, e se respalda contra possíveis apontamentos de erros. E finaliza o prologo da seguinte forma: “E assim com este testemunho fiel da nossa consciência nos despedimos dos leitores. Bem advertido que presentemente não desejamos outros, senão os alunos do seminário S. Caetano” (Ibidem, 1813: 25).

Ao tratarmos de discursos é importante observarmos o que o pensador francês Roger Chartier, que tem desenvolvido toda uma obra de vida em torno dos temas do livro, da leitura, das formas discursivas, pode nos elucidar, como o faz no livro *A história Cultural. Entre Práticas e Representações* ao tratar da questão das representações discursivas, para que não caiamos em armadilhas, como a falsa ideia de imparcialidade. Não podemos desconsiderar que, aquele que observa um fato e depois o narra para a posterioridade, seja na forma oral ou escrita, o faz a partir de seu referencial, ou seja, sua própria trajetória.

Outro aspecto fundamental para esta análise, é que não podemos nos deixar levar pelas “verdades” que estes atores sociais dizem narrar, é necessário compreender que não existem discursos neutros, as percepções do social estão sempre produzindo estratégias e práticas que podem gerar a imposição de uma autoridade em detrimento à outra, legitimando um determinado projeto ou justificando a conduta e escolhas dos indivíduos (CHATIER, 2002 :17).

Como pontua Chartier, os discursos não são ingênuos, são pensados, contruídos dado a uma conjuntura, são construídos orientados por estruturas oriundas da conjuntura das quais são elaborados. E Brandão, nosso personagem, nos deu pistas de como construiu seu discurso em seu prologo, e os redatores não menosprezaram a importância deste texto. Publicaram primeiramente o prólogo de Brandão no *Jornal de Coimbra*, e na sequência publicaram trechos dos seus *Diários*. Desta maneira o leitor iniciaria sua leitura pelo prólogo e posteriormente chegaria aos trechos dos diários, assim a interpretação do leitor seria orientada pelas referências do próprio Brandão.

Outra questão importante é que quando o leitor, seja este do século XIX ou do tempo presente, lê os trechos dos diários de Brandão através de um veículo de informação, como o *Jornal de Coimbra*, é necessário compreendermos que uma seleção prévia foi realizada pelos redatores do jornal. Eles selecionaram e decidiram quais questões eram importantes para serem reproduzidas naquelas publicações. Inseriram notas de rodapés explicativas e agregadoras de informações que apenas o texto de Brandão não informava o leitor. Portanto, não podemos perder de vista a ideia de que a leitura do material escrito por Brandão passou por triagens e interferências dos redatores do periódico no qual foi publicado, e isso traz impactos interpretativos aos leitores.

3.3. Antagonismos e a Ideia De Selvageria.

Ao debruçarmos sobre os diários de Brandão identificou-se um conjunto de elementos que compõem a construção de representações dos índios que mantiveram contato com as expedições de Brandão. Um primeiro elemento que foi evidenciado pelo bispo é o ócio, pode-se notar um forte incômodo do observador europeu-cristão com relação a este aspecto do modo de vida indígena.

Em seus relatos de viagem, Brandão descreve com detalhes as vilas que foram visitadas, as estruturas que compunham os vilarejos, o número estimado de habitantes e como estes eram (descrição fisionômica) e como comportavam-se (ao seus olhos), a diversidade da flora e fauna, dentre outras observações sobre os locais visitados, além de descrever sua rotina como sacerdote, missas, bastimos realizados e etc.

Ao iniciar seus diários, a cada dia que se passava Caetano Brandão fazia descrições básicas dos povoados e vilas pelos quais foi passando. A cada vila, vilarejo, aldeia, pela qual Brandão passou, ele frisa constantemente que estes lugares possuem terras férteis e próprias para culturas como café, arroz, cana, cacau, criação de gado *vacum*, dentre outros empreendimentos que ele julgava conveniente ser explorado a cada local. No entanto, ele lamenta: “há também alguma, cana, cacau, e muita planta de anil, de que não se faz uso por falta de braços” (BRANDÃO, 1813: 38), na perspectiva do bispo, não havia desenvolvimento próspero dessas produções devido a ociosidade e preguiça dos seus moradores. Praticamente em todos os lugares pelo qual ele passou, essa observação foi registrada em seu diário.

O bispo pontua a grande abundância de recursos naturais em muitas vilas pelas quais transitou, e julgou que essa circunstância corroborava para que o ócio fosse presente entre os viventes destes lugares. Sobre aquilo que seria dádiva da natureza a lógica do religioso enxergava um prejuízo moral, “a natureza lhes oferece às mãos cheias os seus frutos, o que dá ocasião a passarem a vida pela maior parte em um torpe ócio.” (Ibidem: 35)

Quando Brandão chegou à boca do rio *Aramucú*, ele ficou deslumbrado com as belezas e riquezas naturais:

Todavia, ele exclama, “Que espetáculo deliciosíssimo! Porém que perda!”. Pois, diante de “campos tão belos sem cultura, pastos os mais deliciosos, e nem só uma rez se alcança com vista. Magoa grande é ver as cidades (ainda a do Pará) cheias de gente ociosa, que com o seu trabalho e indústria podiam tirar destes lugares, e outras semelhantes, suas produções para o bem do gênero humano, porém a moleza, o ócio, a torpe preguiça dominam tudo! (Ibidem: 45)

Para Brandão, os moradores locais, dentre eles os índios, estavam desperdiçando as potencialidades naturais da região do Pará, por serem indivíduos preguiçosos e ociosos, e tal conjuntura era possível pois os recursos naturais eram abundantes. A ideia de ociosidade que ele fazia daquela gente era um dos elementos que compõe a imagem destes indivíduos no momento em que ele constrói sua narrativa.

Ao longo dos textos de Brandão, nos deparamos com diversos elementos que evidenciam a existência de elementos antagônicos, que constroem a concepção que Brandão possuía dos índios. São vários os trechos de seus diários, em que, ele afirma preocupar-se com as difíceis condições de subsistência que os índios estavam enfrentando naquele momento (perseguições, guerras, escravidão, doenças, miséria, etc). Brandão assinalava que fazia parte de seus esforços levar à administração do Estado Português as condições “infelizes” nas quais viviam os índios do sertão, pois, ao tomar conhecimento dos males aos quais os índios estavam sendo submetidos, medidas deveriam ser tomadas (Ibidem: 23). Entretanto, ao longo das inúmeras páginas que escreveu, deparamo-nos com várias descrições pejorativas sobre os índios, principalmente a ideia do índio selvagem.

Seu olhar apresenta-se atento a tudo aquilo que acontecia ao seu redor, e ele destaca a ausência de civilização de algumas regiões visitadas. Mas a maneira como ele vê e descreve os índios reveste-se quase invariavelmente de caráter desqualificador, como se pode ver, “*indivíduos sem qualquer civilidade, que com medo dos viajantes se jogam em meio ao mato como animais, como selvagens que são* (Ibidem: 342-345). Paradoxalmente os índios foram imprescindíveis para guiar suas expedições em meio às florestas, navegar ao longo dos rios, ou

mesmo para orientar sobre quais plantas deveriam ser usadas quando os viajantes eram acometidos por alguma enfermidade.

Lévi-Strauss cita em seu livro *O pensamento Selvagem* uma passagem de Barrows que contribui para pensarmos na importância do indígena para a garantia da vida do expedicionário que está em trânsito por seu habitat.

Habitantes de uma região deserta do sul da Califórnia, onde somente algumas raras famílias de brancos conseguem viver hoje, os índios *coahuila*, cujo número subia a vários milhares, não conseguiam esgotar os recursos naturais; viviam na abundância, pois, nesse país, na aparência desertado, eles conheciam nada menos que 60 plantas alimentícias e outras 28, de propriedades narcóticas, estimulantes ou medicinais (LÉVIS-STRAUSS, 1996: 24).

Mesmo diante da importância do papel dos índios na expedição, o bispo, em diversos momentos, reafirma essa imagem e descreve os povos indígenas e viventes das florestas como “selvagens”, “boçais” ou “degenerados”.

N’esta Villa se acha retirado um grande corpo de Genticos Mura, mil e tantas almas; para onde descerão do fundo dos matos, e conservam harmonia com os moradores: alguns já tem feito suas casas pegadas às dos nossos Índios, e vão plantando roças, no que deixam ver, que sinceramente querem a nossa amizade. Estão ainda muito boçais: ninguém percebe o seu idioma; e só se alcançam alguns dos seus pensamentos pelo socorro de um interprete índio nosso, que capturaram sendo pequeno, e com eles vive. Conservam os mesmos costumes brutais, com que foram criados no mato.” (Jornal de Coimbra, 1813. Volume IV: 344-345)

A descrição acima, realizada por Brandão refere-se a um grupo de índios que viviam na aldeia de Borba da capitania do Grão-Pará. Em sua narrativa, Brandão não categoriza esse agrupamento de índios como uma aldeia ou aldeamento indígena, mas sim com uma vila na qual viviam, segundo sua observação, harmoniosamente índios e não índios. Esta vila deixou de ser aldeamento em janeiro de 1756, a partir da execução das leis de 4 de abril de 1755 e 6 e 7 de junho do mesmo ano. O responsável pela fundação da vila fora Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (entre 1751 e 1759) (ROCHA:96).

Brandão, ao categorizar os índios como selvagens e boçais certamente não levou em conta todo o regime de opressão e violência que foi – e infelizmente ainda hoje é exercido – sobre as populações indígenas em nome da civilização. Selvagens que, se por vezes viviam num regime de abundância que estimulava o ócio, por vezes eram miseráveis que precisavam da ajuda do estado monárquico para terem ao menos o que comer. Um discurso que hoje podemos ver com mais clareza o quanto de ambíguo possuía, que vai apresentando diversos conflitos na concepção de Brandão sobre os índios, mas essa característica ambígua em compreender os índios não foi exclusividade deste bispo.

No período imperial existiu uma profunda contradição que marcou o pensamento social brasileiro em relação aos índios. Em meio a perturbadora conjuntura vivida pelos povos indígenas, pois o Estado até mesmo havia sancionado guerra contra eles, em diversos lugares do país. John Monteiro, em seu livro *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, nos ensina que no período Imperial no Brasil, em meio aos protagonistas do processo de construção da nação, havia duas questões que se destacavam quando o assunto era o destino das populações indígenas. Uma era de caráter antropológico que “contrapunha os princípios universalistas do Iluminismo a uma emergente ciência da diferença, pautada em noções de raça e de degenerescência” (MONTEIRO, 2001: 131). A segunda questão

é de caráter político, pois o período imperial foi marcado pela busca e construção de uma identidade nacional una, e nas palavras de Monteiro a questão política “confrontava a necessidade de valorizar os antecedentes indígenas da nação brasileira – o que, afinal, a diferenciava dos países europeus – com a percepção negativa que se tinha dos índios na atualidade” (MONTEIRO, 2001: 131).

Ainda conforme John Monteiro, estas questões estavam no limite do conciliamento entre o “caráter mestiço da matriz social” com os anseios dos atores envolvidos no projeto de nação de ser (e de ser considerado) um país civilizado” (MONTEIRO, 2001: 131). No império do Brasil as populações indígenas – assim como os povos africanos escravizados – tornaram-se um problema para a questão nacional. Uma identidade nacional homogênea estava longe de ser possível diante da matriz mestiça que constituía as populações do Brasil. Essas questões refletiram diretamente nas imagens e opiniões produzidas no século XIX a respeito das populações indígenas, imagens e opiniões conflitantes resultaram na inclusão das populações indígenas no projeto de nação, mas outrora validava sua exclusão das discussões do pensamento científico e a política indigenista (MONTEIRO, 2001: 131).

A partir de discussões travadas entre importantes figuras ligadas a política indigenista do império, por intermédio de panfletos impressos na imprensa Régia às vésperas da independência, John Monteiro demonstra a ambiguidade nas posições defendidas por esses atores. E que essas questões circulavam especialmente entre os gabinetes científicos e políticos, no entanto “elas esbarravam o tempo todo nas práticas e percepções dos protagonistas dos encontros e confrontos entre índios e não-índios em remotos sertões” (MONTEIRO, 2001: 131).

A questão indígena no Brasil Império, conforme apresentada por John Monteiro, permite-nos compreender os diversos discursos antagônicos a respeito das populações indígenas. Quanto à compreensão que Brandão fazia dos índios, precisa-se levar em consideração que, além de reproduzir as ambiguidades construídas pela ciência e política, ele era um missionário. Outras questões orientavam sua percepção e ação em relação aos indígenas, como os princípios universalizantes das missões católicas.

O bispo Brandão relata em diversas passagens de seus diários a participação de índios em sua comitiva. Assim como para outras expedições, a participação dos índios nessas viagens foram de diversas formas, ao longo de seu relato se tornando evidente a forte interação que sua expedição estabeleceu com os povos indígenas. E essas relações vão se desenhando de formas complexas, pois, o contato entre índios e não índios trazia em seu bojo séculos de colonização pautada na violência e dominação dos povos indígenas. O processo colonial produziu imagens estigmatizadas, seja dos índios em relação aos brancos/não índios, como o movimento reverso.

Ao longo das cartas de Brandão, vai desvelando-se ideias de níveis de selvageria, às quais aproximavam ou afastavam os índios das possibilidades de tornarem-se civilizados. Para Brandão a religião era uma condição natural de qualquer “homem”, portanto os índios poderiam tornar-se cristãos, e assim o caminho para civilização tornar-se-ia mais suave e possível.

A imagética presente nos passos da reflexão de Brandão permitia ver o caso de cada comunidade indígena ou selvagem específico no cenário de uma universalidade cristã, sobretudo católica. Assim o “selvagem”, mesmo sem os ensinamentos religiosos, diante da beleza (a música da cítara) e harmonia construtiva (o edifício regular) do mundo sentiria em seu íntimo de alguma forma a presença da mão do Criador, daí afirmar que na natureza do homem já estaria posto o sentimento religioso.

Não poderia haver Nação tão bárbara e cega, a quem seja absolutamente desconhecida a primeira causa (que na verdade que se aquele que ouve tocar cítara, ou vê um edifício regular, e majestoso, logo se lembra da

mão hábil, que produz estes admiráveis efeitos. (Jornal de Coimbra, 1813. 4ª Edição: 344).

Portanto, mesmo aqueles que não haviam sido moldados pelos ensinamentos cristãos, carregariam em si, como um elemento natural aos humanos a capacidade de crer no divino. Pois, “parece também, que qualquer homem, que tenha o juízo são, não poderá fitar os olhos na beleza do Céu, e de toda a máquina do Universo, sem pressentir, seja embora confusamente, a mão do seu Autor, e por um instinto natural não procure render-lhe alguma espécie de culto. (Ibidem).

Num mesmo momento em que ele acredita que qualquer homem possui naturalmente a capacidade de culto, denotando mesmo que minimamente, o reconhecimento da existência de um elemento em comum entre todos os homens. No entanto algumas linhas após a tal reflexão, Brandão queixa-se que havia insistido com uma índia para que esta lhe desse seu filho, “muito me cansei, com uma velha, para me dar seu curumim (assim chamam os meninos na língua nacional) mas inutilmente”, e o Bispo ainda pontua que ela estava enfurecida, e “punha os olhos em mim, e entrava a rosnar, e a fazer com as mãos não sei que garatujas ameaçadoras: soube que queria dizer que tinha muitos parentes brancos, que me contentasse com eles” (Ibidem: 346).

A ideia de selvageria é um elemento constante na imagem construída dos índios nos Diários do Bispo, muitas vezes comparando-os a animais, ou seja, assim como se faz com um animal ao retirar o filhote da fêmea, o mesmo poderia ser feito com as índias, tirar-lhes os filhos dos braços sem hesitar.

Ao mesmo tempo que fica demarcada a ideia de inferioridade e do estado de selvageria dos índios, Brandão descreve sua surpresa ao deparar-se com uma índia que dominava a arte de fiar. Escreveu Brandão: “Que fio delicadíssimo estava fiando uma delas! Todos pasmos de ver tal arte em gente tão grosseira” (Ibidem: 346). Nota-se o espanto do Bispo ao ver uma índia dominando uma técnica, que para sua compreensão seria uma arte avançada para uma mulher “grosseira”. Ou então, quando em sua primeira visita ele observara que “as mulheres fazem diferentes vasos de barro sem o socorro da roda, como bacias, panelas, chocolateiras, etc. que não são inferiores aos dos melhores oleiros da Europa” (Ibidem: 35). São diversos os momentos em que o Bispo relata sua admiração ao ver índios dominando determinadas técnicas, como no momento em que ele avista índios esgotando um ribeiro: “Ali admirei a facilidade, com que os índios esgotaram (igapuia) um pequeno ribeiro, para colherem o peixe, que levava” (Ibidem).

São diversos os elementos que compõe a figura dos índios segunda a narrativa de Brandão. Um conjunto de imagens sobrepostas, que diversas vezes são antagônicas e divergentes. Podemos identificar nos trechos acima o espanto não apenas de Brandão, mas também de outros membros de sua expedição, com inúmeras habilidades e técnicas que eram dominadas pelos indígenas. Pois, além desses expedicionários chegarem nas florestas com um ideário pré-construído a respeito dos índios, sobre serem esses povos selvagens e ignorantes, ou canibais, dentre outros estereótipos criados desde a expansão das grandes navegações, conforme Monteiro as imagens e opiniões a respeito das populações indígenas eram conflitantes.

A divergência de códigos culturais, em diversos momentos legitimaram a ideia de selvageria, e em outros fizeram os colonizadores se questionar o quão selvagens eram aqueles índios, pois dominavam habilidades que para eles, eram improváveis para povos incivilizados. As “civilizações tendem a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento,” pontua Lévi-Strauss, ao completar que quando comete-se o erro de acreditar que o selvagem é orientado unicamente por uma lógica binária, orgânicas ou econômicas, não nos atentamos que “ele nos dirige a mesma censura”, e que em sua perspectiva “seu desejo de saber parece melhor equilibrado que o nosso” (LÉVI-STRAUSS, 1976: 21).

Classificar os índios como selvagens não foi exclusividade dos viajantes que estiveram em excursões pelo Brasil ao longo dos séculos. Vale lembrar que o Século XIX foi marcado pela formação dos estados nacionais, e nas últimas décadas deste século, o “movimento científico tomou a dianteira na recuperação da memória das nações, enquanto os monumentos das lembranças se aceleram” (SCHWARCZ: 2008: 68). E em meio a este processo a “sciência” não catalogava apenas as plantas e animais nativos, mas também passou a classificar as “raças”.

Nossa personagem em questão, não faz parte do grupo dos naturalistas que arquitetavam suas viagens com os objetivos de catalogar e classificar o máximo de espécimes nativas possíveis. Todavia, apesar de Brandão ser um missionário, e a princípio pode nos levar a crer que seus objetivos fossem distintos dos naturalistas ou militares. No entanto, seus registros resultaram numa minuciosa descrição sobre a natureza da província do Grão Pará e como seus viventes interagiam com ela para sobreviverem.

3.4. Do deslumbre à angústia com a Natureza.

A natureza brasílica sempre chamou a atenção dos viajantes ao longo dos séculos, e nas cartas de Brandão ele não deixou de evidenciar o seu encantamento pelas riquezas naturais dos lugares pelos quais passou. A maior parte de sua viagem foi realizada em cima de canoas, navegando por diversos rios da região da província do Pará, o bispo espantou-se e registrou diversas vezes suas considerações sobre as forças das águas “Considere-se, qual deve ser a fúria, e braveza deste rio, que arranca pela raiz madeiros tão espantosos, e não só os desarrega, mas arrebenta-os, como se fosse uma palha. É preciso navegar com muito sentido para livrar as canoas de tais encontros, que são perigosíssimos” (Jornal de Coimbra, 1813. 4ª Ed: p. 41).

Em diversos momentos de sua narrativa frei Brandão demonstra estar admirado com as correntes dos rios pelos quais fora navegando, “de tarde navegando bem junto à margem, e em maré vazia, tive ocasião de examinar os estragos horríveis, que o Amazonas faz por toda aquela costa”. A violência das águas e as frágeis canoas em que navegam faz com que os ânimos do frei se agitem, diante das condições impostas pelo ambiente em que está inserido.

Sem exageração, não há palmo de terra em muitas partes, que não esteja alastrado de troncos de árvores, e de diferentes madeiros de extrema grandeza, parte arrancados ali mesmo, parte trazidos de longe pela corrente. O espírito se enche de horror considerando a força que é necessária para produzir tais efeitos (Jornal de Coimbra, 1813. P: 42).

Nestas passagens destacamos a importância do conhecimento dos índios/locais no auxílio ao viajantes para navegarem suas canoas por rios caudalosos e revoltos e manter a segurança dos viajantes. Navegar por esses rios exigia dos condutores das canoas conhecimento das correntes, dos ventos, eram necessários sujeitos que dominassem saberes locais.

Passado a tormenta vem a calmaria, este ditado popular comum no cotidiano brasileiro ilustra claramente as passagens citadas anteriormente, e a seguinte. Depois de descrever o horror que sentirá ao deparar-se com a violência das águas revoltosas do Amazonas, Brandão descreve sua entrada no rio Paoarú:

No dia 12 entramos no rio Paoarú, um dos mais belos, por não ser muito largo, e dar lugar a gozar-se de perto da vista dos seus frondosos arvoredos, quase a passar até passar por baixo dos ramos das árvores. Todos os sentidos aqui acham encantos, que os transportam: um cheiro aromático perfuma o ar; lindas aves se vem saltar de uns ramos para outros cantando suavemente; vem-se a cada passo sobressair por entre as verdes folhas diferentes ramalhetes de flores; aqui cavas profundas formadas pelas correntezas das águas, lá raízes descarnadas descendo das ribanceiras até o leito do rio, variedade de arbustos viçosos, e odoríferos, uma relva muito verde, que no país chamam de capim, em algumas partes lousas áreas, ou terras de diversas cores pequenas ribeiras chamadas Igarapés, que lá do centro dos matos vem desaguar no rio, tudo forma a mais agradável perspectiva (Ibidem: 34).

Na passagem que é identificada como dia 27, Brandão registra sua chegada ao pesqueiro das tartarugas as nove da manhã, quatro dias após deixar a “boca do rio madeira” que foram “subindo pelo Amazonas em demanda da foz do rio Negro, léguas afastadas” (Ibidem: 345). Brandão demarca a importância das tartarugas para o “sustento das tropas e o restante do povo devido a inexistência de gado vacum” por aquela região. Ressalta ainda que existem outros subsídios que abundam na capitania do Pará, “mas as tartarugas superam tudo, são monstros: algumas há, que carregam dois homens: no sabor e na vista, depois de guisadas, não tem muita diferença da carne de carneiro” (Ibidem: 345).

Além de salientar a importância das tartarugas para a alimentação dos locais, Brandão registra também como esses animais se reproduzem, “quando chega o tempo em que desovam, sobem do rio as praias, abrem com as unhas uma grande cova na areia, onde deixam os ovos bem cobertos, calcando aí com o peito o mesmo lugar. Depois de alguns dias aparecem na superfície, enxames de tartaruguinhas” (Ibidem:346). Brandão faz uma minuciosa da reprodução desses répteis que estão diretamente ligados a subsistência dos viventes locais que utilizam as tartarugas em sua alimentação. O bispo faz um registro que se assemelha as anotações de biólogos em seus cadernos de campo, que detalham arduamente tudo o que vem quando estão enfiados em matas para a realização de suas pesquisas. Não é possível estimar o alcance ou mesmo os efeitos da divulgação dessas descrições, mas podemos supor que os leitores que tiveram acesso a narrativas como estas de Brandão, depararam-se conjuntos de elementos que descreviam segundo os olhos do narrador os componentes que compunham as florestas do Grão Pará que foram visitadas pelo Bispo. Esta narrativa, assim como a de muitos outros viajantes colaboraram para a construção de um grande inventário da natureza brasileira, assim como uma “descrição etnográfica” dos povos locais, e como já foi mencionado anteriormente, fomentou o imaginário daqueles que estavam do outro lado do Atlântico.

Muitas vezes os saberes dos povos tradicionais são incorporados à narrativa dos viajantes, de modo que os interlocutores indígenas vão sendo invisibilizados das descrições realizadas pelos observadores. Tem-se que levar em conta que havia vários “tipos” de observadores, com objetivos e estilos de vidas distintos, o que influencia diretamente no processo de escrita das crônicas registradas por esses diferentes atores sociais.

Considerando o caso de Brandão, sacerdote responsável pelo bispado da capitania do Pará, enxergava e descrevia o cotidiano do índio por uma perspectiva diferente de um militar, atuavam através de diretrizes diferentes, enquanto um buscou civilizar através da bíblia o outro através do chumbo. No entanto, não podemos deixar de frisar que a catequese dos índios também fora um processo cercado de violência.

Os grupos que registraram o cotidiano dos índios ao longo da história do Brasil não se restringe a uma bipolarização de dois diferentes grupos, e mesmo que a variedade de grupo não seja tanto, sabe-se que existem as particularidades de indivíduo para indivíduo, no entanto também não podemos nos esquecer das ações que as instituições exercessem sobre os indivíduos.

Quando afirmamos que muitas vezes os índios foram apagados da autoria de um saber que era pertencente a eles, nos referimos a passagens de narrativas em que os autores falam sobre uma planta que, devido aos conhecimentos que possuímos atualmente conseguimos identificar, ou mesmo podemos estar atribuindo equivocadamente o uso de algum tipo de fusão e combinações de plantas aos povos indígenas.

O que espera-se explicar é que, por mais que acreditamos que muito dos saberes índios mantém-se naquele saber reescrito, reinterpretado por um não índio, é que muitas vezes se torna difícil localizar caso o autor do texto não tenha mencionado palavra ou termos que seja – do nosso conhecimento- e relacionado à cultura indígena.

Este processo de invisibilidade pode ter ocorrido também pelo convívio entre o observador e os observados, os viajantes coabitavam com as populações locais, comiam de sua

comida, participavam de seus festejos, participavam das atividades mais corriqueiras. Os viajantes se inseriam ao *modus operandi* do cotidiano dos locais, e em seus discursos muito do que descrevem já foi incorporado ao seu cotidiano durante a expedição.

Os redatores do *Jornal de Coimbra*, assim como dos demais jornais citados neste estudo, não colocaram em circulação apenas a produção de homens como Brandão, estes atores sociais intermediaram os saberes aprendidos com os índios por aqueles que viajavam pelas florestas, viabilizando um caminho para a circulação dos saberes das populações indígenas do Brasil para outras partes do globo através dos prelos da imprensa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destas páginas procuramos apontar e discutir como os saberes tradicionais indígenas estiveram em circulação pelo reino português, e como foram apropriados e absorvidos pelo conhecimento científico em meio ao processo de formação e estabelecimento das ciências no Brasil. Há alguns acontecimentos que se mostram marcantes e decisivos na formação e estabelecimento das ciências no Brasil. Um conjunto de intensas mudanças políticas delineou as principais características do campo científico no Brasil. As reformas do Marquês de Pombal impactaram a produção intelectual de todo o Reino Português e permitiu, a partir de seu mecenato, a construção de redes políticas de atores que foram decisivos na ação do Estado Português em função do desenvolvimento das ciências. A transposição da corte portuguesa ao Brasil permitiu a instalação de inúmeras instituições que foram decisivas para a ampliação da ciência, como o estabelecimento de uma imprensa periódica e regular, assim como a abertura dos portos permitindo o aumento no tráfego intercontinental de pessoas, o que permitiu a vinda de inúmeros naturalistas ao Brasil.

Concluimos, portanto, que em paralelo a movimentações sociais e políticas os saberes tradicionais indígenas possibilitaram, mediante aos arranjos e rearranjos de atores sociais a construção das ciências no Brasil. Uma ciência que nasce dos encontros de diferentes povos e seus saberes, de brancos, de pretos, de índios. Conhecimentos que circularam por diversos cantos do mundo e se encontram no Brasil, permitindo o surgimento de uma ciência pluricultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas Nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América Portuguesa. In: Loreai Kury. (Org.). Usos e Circulação de Plantas no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Kakobsson, 2013, v. 1, p. 01-323.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRANDÃO, M. G. L. et al. Brazilian medicinal plants described by 19th century European naturalists: and in the Official Pharmacopoeia. *Journal of Ethnopharmacology*, nº 120, 141–148, Agosto de 2008.
- BRITO, M. R. et al. Exchange of useful plants between Brazil and England in the second half of the nineteenth century: Glaziou and the botanists of the Royal Botanic Gardens, Kew. The Board of Trustees of the Royal Botanic Gardens. P. 3-10. Accepted for publication 27 November 2014. Published online, February, 2015.
- CAROLINO, L.M. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: Org. GESTEIRA, H. M. CAROLINO, Luís Miguel. & MARINHO, Pedro. Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro /RJ – São Paulo/SP. Paz e Terra, 2014, p. 47.
- CUNHA, M.C. Introdução a uma história indígena. In: _____ (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 9 -26.
- CUNHA, M.C. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2012, V. 55, Nº 1. P. 439- 464.
- FERREIRA, T.M. Redatores, livros e leitores em O Patriota (2007). In: KURY, Lorelai. Iluminismo e império no Brasil, O Patriota (1813 - 1814). Coleção História e Saúde, Clássicos e Fontes. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, p. 41-66.
- FREIRE, J.R.B. O patrimônio cultural indígena. Disponível em: http://www.miniweb.com.br/Historia/Artigos/i_contemporanea/PDF/patrimonio_indio.pdf (acesso em 26 de janeiro de 2015)
- GARCIA, M.M. A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu.
- KOODAMA, K. Os índios no Brasil Império: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: EDUSP, 2009. 336 p.
- KRENAK, A. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 525 p.
- KURY, L. A comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência Imperial e a musa cabocla. In: HEIZER, A. VIDEIRA, A. A. P. (Orgs.). Ciência, civilização e Império nos trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001. 29-54.
- LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. COSTA, M. C. & AGUIAR, A.O (tradução). São Paulo: Nacional, 1976. 330 p.
- MARTINS, R. B. A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: Impactos sobre Minas Gerais. Um capítulo In: Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, 2008, Universidade Federal de Minas Gerais/MG

- MATTOS, I.M. A ocupação das fronteiras dos Sertões do Leste: o Itambacuri e a civilização indígena (Minas Gerais, século XIX). *Fronteiras & Debates* Macapá, v. 2, n. 1, jan./jun. 2015.
- MONTEIRO, J. M. Tupis, Tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. 235 p. Tese apresentada para o concurso de Livre Docência – Unicamp. Agosto de 2001.
- MOREL, M. Pátrias Polissêmicas: Repúblicas das Letras e Imprensa na crise do Império Português na América. In: KURY, Lorelai. Iluminismo e império no Brasil, O Patriota (1813 - 1814). Coleção História e Saúde, Clássicos e Fontes. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- NEVES, L.M.B.P. Dos “avisos” de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808-1836). In: _____ (Org.). Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Uerj, 2009. 31-55.
- POMPA, C.P. Religião como tradução: missionários, Tupi, Tapuia no Brasil colonial. Bauru, SP: UDESC, 2003. 444 p.
- RAJ, K. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: circulação e a História Global da Ciência. Tradução: FREIRE, Juliana. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, ed. 13, 164-175. Dezembro de 2015.
- SALGUEIRO, V. Grand-Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, no. 44, 2001. P. 289-310.
- SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.
- SCHWARTZMAN, S. Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de estudos estratégicos, 2001. 357p.
- SECIN, V.K.A.V. A visão binocular dos Guarani Mbya: ortóptica, oralidade e letramento. 1ª Edição. Curitiba, PR: Appris, 2016. 126 p.
- SHALINS, M. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. FRESHE, F. (tradução). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2008. 157 p.
- SILVA, M. B.N. Um grande inventário da natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: GESTEIRA, H.M. CAROLINO, L.M. & MARINHO, P. (Orgs.). Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. Rio de Janeiro /RJ – São Paulo/SP. 1ª Edição. Paz e Terra, 2014, p. 47-71.
- SILVA, M.B.N. Cultura letrada e cultura Oral no Rio de Janeiro dos vice-reis. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Unesp, 2013. 345 p.
- SOARES, L.C. A Albion revisitada: ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2007. 276P.
- VARELA, A. G. Livros, leituras, impressos, bibliotecas e coleções na trajetória do naturalista e homem público José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1838). In: FERREIRA, T.C. RIBEIRO, G.S. GONÇALVES, M.S. O Oitocentos entre livros, livreiros, Impressos, missivas e bibliotecas. São Paulo: Alameda, 2013.

XIMENES, L.G. Aquém e além-mar: imaginário e interação entre índios e não índios. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. 1-11.